

O ensino de Antropologia e a formação de antropólogos no Brasil hoje: de tema primordial a campo (possível) de pesquisa (antropológica)

Guillermo Vega Sanabria¹ 

Luiz Fernando Dias Duarte¹¹ 

Em 1948, em uma palestra chamada “Os grandes problemas da antropologia brasileira”, Arthur Ramos, titular da cátedra de Antropologia e Etnografia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, concluía peremptoriamente: “Os ‘grandes problemas da antropologia brasileira’ se convertem num único problema: o da deficiência técnica do ensino e da pesquisa das disciplinas antropológicas em nosso meio” (Ramos, 2015, p. 212). Para Ramos, que, em 1941, havia fundado a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia e, nessa altura, mostrava-se preocupado com os aspectos organizacionais e a política das ciências sociais no Brasil, a instauração de um verdadeiro “*ambiente universitário*” devia ser acompanhada de intensas modificações na estrutura do ensino, inclusive de antropologia, no intuito de superar sua “*deficiência técnica*” (Ramos, 2015; ver a apresentação de Duarte ao mesmo texto, p. 195-199).

A observação de Ramos era confirmada, poucos anos depois, por Egon Schaden (1954, p. 10) no artigo “Problemas do ensino de Antropologia”: “Para a formação de

antropólogos e de técnicos de antropologia são insuficientes as possibilidades existentes na atual organização de nossas Faculdades de Filosofia. Seria recomendável a criação de secções [*sic*] ou mesmo institutos de antropologia”. Schaden, catedrático da recém-criada cadeira de Antropologia na Universidade de São Paulo (USP), também se mostrava a favor da criação de “*licenciaturas*” em antropologia, como forma de assegurar uma formação especializada na área. Por outra parte, já no início da década de 1960, as jovens Eunice Durham e Ruth Cardoso publicavam o artigo “O ensino da Antropologia no Brasil” e faziam o seguinte balanço, em uma época em que os dados sobre o sistema nacional de ciência escasseavam em geral:

[u]ma análise cuidadosa da situação brasileira encontra grandes dificuldades iniciais. Não possuímos dados precisos sequer sobre o número de estabelecimentos onde se leciona Antropologia, e as indicações sobre programas, número de alunos, qualificação de professores, etc., são extremamente incompletas (Durham; Cardoso, 1961, p. 91).

¹Departamento de Antropologia e Etnologia, Universidade Federal da Bahia – Salvador (BA), Brasil. E-mail: guillermo.sanabria@ufba.br

¹¹Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: lfdduarte@mn.ufrj.br

Recebido em: 02/04/2019; Aprovado em: 01/07/2019.

Ao mesmo tempo, essas autoras constatavam que, comparado com o número de universidades que em outros países lecionavam antropologia à época, “o ensino de Antropologia parece estar extremamente desenvolvido em nosso meio” (Durham; Cardoso, 1961, p. 92). Todavia, esse fato correspondia, segundo elas, a uma “*hipertrofia*”, dado que o número de instituições que ofereciam a disciplina, basicamente destinada a completar a formação especializada em outras áreas, contrastava com a ausência de uma especialização em antropologia.

O quadro desenhado por Ramos (2015), Schaden (1954) e Durham e Cardoso (1961) serve claramente como contraponto para verificarmos o quanto e como a formação de antropólogos no país mudou desde então. Um dos sinais mais notáveis dessa mudança é, com efeito, o fato de que “o espaço institucional consagrado para sua reprodução (o dos programas de pós-graduação) passou por uma rápida e diversificada expansão” (Simião, 2018, p. 24-25). Além da formação especializada em antropologia ser um fato desde 1968, por meio da criação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, assistimos, a partir da década de 2000, ao rápido aumento no número deles. Dos 11 programas de pós-graduação existentes em 2004, passamos, hoje, para 31, sendo 11 exclusivamente no nível de mestrado, 19 com mestrado e doutorado e um curso de mestrado profissional¹. Conforme o último Relatório de avaliação dos cursos da área de Antropologia/Arqueologia pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, 2017), até o fim de 2016 havia 1.212 estudantes de mestrado e 993 de doutorado. No período 2013–2016, foram

defendidas 1.226 dissertações e 432 teses nos programas de Antropologia e Arqueologia no Brasil. O número de antropólogos e arqueólogos que atuavam como professores nesses mesmos programas era de 444 em 2016 (CAPES, 2017, p. 2-3).

Ademais, mesmo que a pós-graduação continue a ser o *locus* de especialização por excelência, ela deixou de ser, também na década de 2000, o espaço exclusivo do ensino de antropologia no país. Existe, agora, maior número de cursos de graduação em ciências sociais, nos quais a divisão em “três áreas” se tornou canônica e a antropologia, parte indispensável do tripé — junto à sociologia e à ciência política. Esse cenário na graduação transformou-se ainda mais com a criação de cursos de graduação em antropologia na mesma década — hoje são em torno de 17 cursos, todos sediados em universidades federais (ver Brasil, 2019a). E ainda em que pese suas idas e vindas, a obrigatoriedade do ensino de sociologia no ensino médio, a partir de 2009, garantiria, por essa via, mais um espaço de crescimento do ensino da disciplina no Brasil. Conta-se, ainda, com o ensino de antropologia como componente obrigatório em cursos de graduação e pós-graduação em outras áreas. Assim sendo, a espirituosa afirmação que Manuela Carneiro da Cunha fizera sobre a disciplina em geral poderia valer, pelo menos em certo sentido, também para seu ensino: “como vocês sabem, não se faz mais antropologia como antigamente... Graças a Deus, aliás” (Carneiro da Cunha, 2009, p. 386).

Neste trabalho, examinamos a produção sobre o ensino da disciplina a partir da organização de eventos acadêmicos, as publicações nos quatro periódicos mais antigos

1 Dados de Brasil, 2019b. O Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas é oferecido pela Universidade de Pernambuco (UPE) desde 2018.

e entre os mais prestigiados da área, assim como de dissertações, teses e outras publicações acadêmicas. Em que pese o interesse primordial no tema, apontamos o tratamento subordinado que ele tem recebido na antropologia nacional. Apontamos, ademais, alguns desafios e caminhos nesse sentido, especialmente no que tange à possibilidade de considerar o ensino como objeto de pesquisa por direito próprio. Sendo um exercício inédito nos balanços bibliográficos realizados até agora na área, nossa abordagem privilegia o ensino referido à formação de antropólogos no âmbito dos programas de pós-graduação em antropologia e, em menor grau, dos recém-criados cursos de graduação. Deixamos de fora, assim, uma considerável produção sobre o tema, a cargo de antropólogos, cientistas sociais e outros profissionais que atuam em programas de ciências sociais e interdisciplinares, de educação, de história etc., assim como na educação básica. Ao optar por esse recorte damos destaque, como se verá adiante, às dinâmicas do campo intelectual da disciplina no país, assim como aos limites e aos desafios produzidos ao tratar do ensino nesse quadro. Um limite, atrelado às dinâmicas do campo, consiste no fato de que quando, nesse contexto, fala-se em “antropologia” quer-se dizer, a rigor, “antropologia social”, sem que eventuais discussões sobre o ensino em outros subcampos disciplinares sejam consideradas, por exemplo (cf. Santos, 2011)².

Um tema primordial

O ensino de antropologia é um tema primordial no duplo sentido do termo: tem sido objeto de interesse desde os primórdios

da disciplina no país e tem sido fundamental no seu processo de institucionalização e reconhecimento público. O ensino já era tema central durante a organização do que devia ter sido o Primeiro Congresso de Antropologia no Brasil, previsto para o ano de 1949, em Salvador (ver Azeredo, 1986, p. 247-259). O artigo 2º do Anteprojeto de Regulamento do evento estabelecia como objetivo:

Reunir os especialistas brasileiros, professores e pesquisadores, para um amplo e livre debate de todos os aspectos, quer positivos ou negativos, passados e presentes, das nossas atividades de ensino e de pesquisa no setor das ciências antropológicas, bem como para uma tentativa de elaboração de diretrizes e bases de um planejamento nos dois setores — ensino e pesquisa — de amplitude nacional (Azeredo, 1986, p. 249).

A programação do Congresso contemplava os seguintes temas: “01 Arqueologia”, “02 Antropologia Física”, “03 Linguística”, “04 Etnologia Indígena”, “05 Antropologia Cultural”, “06 Ensino de Antropologia”, “07 Antropologia Aplicada”, “08 Imigração”, “09 Teoria e Métodos”, “10 Etnologia Negra” e “11 Aculturação”. Para tratar do “Ensino de Antropologia” contava-se com Arthur Ramos (“O ensino de Antropologia nas Faculdades de Filosofia”), Plínio Ayrosa (“A cadeira de Tupi-Guarani”), José Bonifácio Martins Rodrigues (sem que conste título ou tema de sua apresentação) e Álvaro Fróes da Fonseca (“O ensino de Antropologia na Faculdade de Medicina”) (Azeredo, 1986, p. 257-259).

Na que finalmente seria a I Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), realizada no Rio de Janeiro em 1953, o tema volta a

2 Agradecemos os comentários dos pareceristas anônimos da *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB) e a generosa leitura e sugestões da professora Mariza Peirano e do professor Rodrigo Rosistolato.

estar presente. Na ocasião, foram apresentadas as comunicações “Problemas do ensino da Antropologia”, por Egon Schaden, e “Possibilidades de exercício de atividades docentes, de pesquisa e técnico-profissionais por antropólogos no Brasil”, de Mário Wagner Vieira da Cunha. Em palavras de Roberto Cardoso de Oliveira (2004, p. 15), “pode-se dizer que esses dois assuntos abriram a 1ª Reunião Brasileira de Antropologia”. Segundo o mesmo autor, o ensino e as atividades técnico-profissionais teriam sido tratados em dois “simpósios”. O de ensino teve como relatores Marina São Paulo de Vasconcelos, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil; Egon Schaden, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP; e Rubo Müller, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. O simpósio sobre atividade técnico-profissional teve como relatores Heloisa Alberto Torres, Diretora do Museu Nacional; Mário Wagner Vieira da Cunha, Diretor do Instituto de Administração da USP; e José Loureiro Fernandes, da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Na II RBA, realizada em Salvador em 1955, foram mantidos os eixos temáticos da primeira reunião, a saber: “I. Pré-História (Paleontologia Humana e Arqueologia)”; “II. Antropologia Física”; “III. Antropologia Cultural e Social”; “IV. Linguística”; “V. Folclore”; e, de novo, “VI. Problemas profissionais e de ensino da Antropologia” (Associação Brasileira de Antropologia – ABA, 1957; Carvalho, 2006, p. 299; Consorte, 2006, p. 166). O programa da reunião previa um simpósio coordenado por Egon Schaden, sob o título “Problemas de ensino em Antropologia”, assim como o que parece ser uma comunicação, intitulada “A Antropologia

nos cursos da Fundação Getúlio Vargas”, por Maria Alice Pessoa. Nos trabalhos constantes dos anais, acham-se ainda as seguintes comunicações: “Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural”, por Luiz de Castro Faria, tratando do curso criado em março de 1955 no Museu do Índio; “Cadeira de etnografia e língua Tupi”, por Darcy Ribeiro, tratando da disciplina criada por lei de 1954 na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil; “Antropologia e educação popular”, por Margarida Maria Sinay Neves, tratando das “diferenças culturais” no contexto de intervenções educacionais e sanitárias nas camadas populares e da utilidade da antropologia na formação de assistentes sociais, médicos e educadores.

No “Relatório geral” da III RBA, realizada em Recife em 1958, Manuel Diéguas Jr., Secretário-Geral da recém-criada ABA (constituída durante a II RBA, em 1953), observa que, considerando os temas das comunicações apresentadas tanto nas “sessões de trabalho” quanto nas mesas-redondas, tinha-se a seguinte distribuição: “5 sobre assuntos indígenas; 5 sobre pesquisa e ensino de antropologia; 4 sobre estudos de comunidade; 2 sobre aculturação; 2 sobre assuntos relativos ao negro; 2 sobre folclore; 1 sobre arqueologia; 1 sobre migrações internas; e 1 sobre estudos de ‘fazenda’” (ABA, 1959, p. 265). Tratando da pesquisa e do ensino de antropologia, Diéguas Jr. (ABA, 1959, p. 267-268) faz uma síntese das comunicações apresentadas, entre as quais merece destaque a de Antônio Rubo Müller, “Reflexões do trabalho de campo na didática da antropologia”, que teria sido apresentada tanto na terceira “sessão de estudos” quanto em uma das duas mesas-redondas previstas na III RBA. Essa mesa-redonda, especificamente, tinha por título “Experiências pessoais no

trabalho de campo do antropólogo”³. Considerando os oito anos em que as atividades da ABA estiveram praticamente suspensas (de 1966 a 1974), em meio às dificuldades criadas pela ditadura militar da época (Corrêa, 2003, p. 27 e p. 37), é muito significativo que a retomada dos encontros regulares da RBA, a partir de 1974, pautasse de novo a discussão sobre o ensino. A que seria a IX RBA (Florianópolis, 1974) tinha na sua programação três mesas-redondas com os seguintes temas: “Ensino e pesquisa em Antropologia no Brasil”; “A Antropologia em ação: o problema das minorias”; e “Contribuição da Antropologia ao processo de desenvolvimento brasileiro” (Santos, 2006b, p. 67; Santos, 2006a, p. 53).

Aliás, dois anos antes da IX RBA e no encalço de atividades similares realizadas em outros lugares do país (Santos, 2006b, p. 66), aconteceu em Florianópolis a *I Reunião de Professores de Antropologia do Sul do Brasil*, na qual Luís Carlos Halfpap apresentaria a comunicação “O ensino de Antropologia no Sul do Brasil” (Vega Sanabria, 2005, p. 14; Santos, 2006a, p. 50). Tanto a Reunião quanto o trabalho de Halfpap revelam o interesse que o ensino de antropologia já despertava para além dos centros acadêmicos, tais como São Paulo e Rio de Janeiro. Conforme Santos, essa reunião de professores de antropologia em Florianópolis “tomou como referência as reuniões que vinham sendo efetivadas pelo professor pe. Pedro Ignácio Schmitz, titular de Antropologia da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com os professores que trabalhavam no interior daquele Estado” (Santos, 2006a, p. 50). A respeito dessas reuniões, organizadas por Schmitz nos anos de 1960 e 1970, Teixeira também aponta:

Ele foi bem-sucedido em sua iniciativa de reunir professores de Antropologia e Arqueologia que atuavam no Rio Grande do Sul. Com duração de dois ou três dias e em clima de companheirismo, propiciavam a discussão de programas, a apresentação de pesquisas e a atualização na literatura antropológica (Teixeira, 2006, p. 146)⁴.

Conforme o levantamento de eventos acadêmicos que apresentamos no Apêndice 1, as discussões sobre o ensino de antropologia e a formação do antropólogo acontecem ininterruptamente desde o ano 2000, com um ou mais eventos a cada ano desde então. Verifica-se também a realização de, pelo menos, 66 eventos no período de 46 anos, que vai de 1972 a 2018.

Ora, se a realização de eventos acadêmicos é um indicador nítido do interesse pelo tema ao longo da história da disciplina no país, igual atenção merece o fato de que, também desde cedo, ele ganhou um lugar em publicações acadêmicas especializadas. Muito embora o espaço seja comparativamente bem menor, é possível constatar desde já que trabalhos sobre o ensino de antro-

3 Os Anais da II e da III RBA encontram-se disponíveis no site da ABA (ABA, 1957; 1959). A IV RBA aconteceu em Curitiba, em 1959; a V em Belo Horizonte, em 1961; a VI em São Paulo, em 1963; a VII em Belém, em 1966; e a VIII em São Paulo, em 1971. Para uma síntese das condições em que esses eventos se sucederam, ver Corrêa (2003) e Santos (2006a, p. 10). Sem ter tido acesso aos anais dessas reuniões, apenas fazemos menção a elas aqui. Contudo, é plausível supor que o tema tenha continuado a fazer parte das discussões nas RBA.

4 Para uma apreciação do lugar destacado que o ensino adquire na produção de histórias “locais” e “regionais” da antropologia no Brasil, ver os depoimentos nas celebrações dos 50 anos da ABA (Eckert; Godoi, 2006). Ver também Brandão e Motta (2003) sobre a antropologia no Norte e no Nordeste; Beltrão (2004) e Almeida (2019) sobre a antropologia na Amazônia; e Santos, Helm & Teixeira (2006) sobre a antropologia no Sul.

pologia têm encontrado lugar também nos periódicos nacionais indexados de maior reconhecimento na área, como nas quatro revistas que examinaremos a seguir. Além de sua antiguidade, elas foram escolhidas considerando sua classificação nos estratos A1 e A2 do Qualis CAPES. Ademais, impunha-se a condição prática de que os periódicos disponibilizassem seus arquivos *on-line*. Isso significa, evidentemente, que não fizemos aqui uma revisão exaustiva, nem foram contemplados todos os periódicos que poderiam ser citados. Contudo, os quatro escolhidos são um recorte expressivo, pertinente e suficiente para desenvolver o argumento que surge desta revisão bibliográfica. As quatro publicações escolhidas foram: a *Revista de Antropologia*, o Anuário Antropológico, a revista *Mana* e a revista *Horizontes Antropológicos*.

A *Revista de Antropologia*, fundada em 1953 por Egon Schaden na USP, incluía em seu primeiro número a comunicação que o próprio Schaden tinha apresentado na I RBA, “Problemas do ensino da Antropologia”⁵. Em 1955, publicaria o texto de Mário Wagner Vieira da Cunha, “Possibilidades de exercício de atividades docentes, de pesquisa e técnico-profissionais por antropólogos no Brasil”, apresentado também na I RBA. Nos anos seguintes, outros textos tratando do ensino de antropologia apareceriam na revista: “O trabalho interdisciplinar em Antropologia”, no qual Luiz de Castro Faria tece algumas considerações sobre o treinamento dos antropólogos físicos (v. 7, n. 1-2, 1959); “O ensino da Antropologia no Brasil”, por Eunice Durham e Ruth Cardoso

(1961), citado anteriormente; “A antropologia na Universidade de São Paulo: histórico e situação atual”, no qual Alba Costa Maciel, Diva Andrade e Eunides do Vale apresentam um detalhado balanço da disciplina nessa universidade, da criação da cadeira de Antropologia em 1941 até 1977 (seção “Noticiário”, v. 21 n. 1, 1978). O volume 22 (de 1979) também incluía dois textos sobre o ensino: “Ensino pós-graduado, teoria e pesquisa antropológica”, de Pedro Agostinho; e “A pesquisa como base para o ensino de pós-graduação”, de Eduardo Diatay Bezerra de Menezes; ambos trabalhos apresentados originalmente no “Simpósio sobre ensino e pesquisa em Antropologia”, na XI RBA (Recife, 1978).

Após interregno de quase 25 anos sem publicações a respeito, a edição comemorativa dos 50 anos da *Revista de Antropologia* (v. 46, n. 2, 2003) trouxe uma série de resenhas históricas, balanços, depoimentos e homenagens que, embora não o tivessem como foco, referem-se de novo ao ensino (ver, por exemplo, o artigo de Peixoto; Simões, 2003). Depois vieram os textos “O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956”, por Mariana Françaço (v. 48, n. 2, 2005), e “Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica”, por Andrea Ciacchi (v. 50, n. 1, 2007). A revista dedicaria ainda um dossiê a Gioconda Mussolini no segundo número de 2015, organizado também por Andrea Ciacchi. No mesmo número, inclui-se o texto “De Lévi-Strauss aos índios na universidade. Entrevista com Manuela Carneiro da Cunha”, por Edson Tosta

5 A *Revista de Antropologia* é conceito A2 no Qualis CAPES. A antropologia foi, antes que a sociologia e a ciência política, a primeira área das ciências sociais no Brasil a ter um periódico próprio, a saber, a *Revista de Antropologia*. Ela se tornou órgão oficial da ABA, em 1956, e da Sociedade Brasileira de Sociologia, a partir de 1958 (Peixoto; Simões, 2003, p. 387). Na pesquisa, foram consultados todos os números disponíveis, de 1954 a 2018, em <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/archive> (consulta feita em fevereiro de 2019).

Matarezio Filho (v. 58, n. 2, 2015). Recentemente, a revista organizou um dossiê intitulado “Ações afirmativas dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia”, abordando diversos aspectos das políticas de inclusão para indígenas e negros (v. 60, n. 1, 2017). Nos mais de 65 anos da *Revista de Antropologia*, junto a textos como os mencionados anteriormente, acham-se também inúmeras homenagens, obituários, memoriais e entrevistas de figuras pioneiras e de destaque da antropologia nacional. Aqui, como nos outros periódicos elencados, esses documentos revestem algum interesse tratando-se do ensino, uma vez que, nesses casos, trajetórias individuais de docentes e pesquisadores se confundem facilmente com a história institucional da disciplina no Brasil.

No *Anuário Antropológico*, fundado por Roberto Cardoso de Oliveira em 1976 na Universidade de Brasília (UnB), também se acham diversas reflexões sobre o ensino⁶. O número de 1982 dedica a seção “Depoimentos” à “Antropologia no Brasil”; dela constam contribuições como: “A antropologia no Brasil. Depoimento sem compromissos de um militante em recesso”, de Luiz de Castro Faria; “Os primeiros tempos da antropologia em São Paulo”, de Egon Schaden; e “Primeiros mestres da antropologia nas Faculdades de Filosofia”, de Thales de Azevedo. O número de 1983 prestigia Castro Faria, na seção “Homenagem”, com contribuições como: “A arqueologia no Brasil: o papel do professor Castro Faria”, de Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão; “Castro Faria e a voca-

ção etnológica”, de Alcida Rita Ramos; e “A linguística no Museu Nacional: o papel de Luiz Castro Faria”, de Yonne Leite. O número de 1985 traz, na seção “Conferência”, o texto “O que é isso que chamamos de Antropologia brasileira?”, de Roberto Cardoso de Oliveira. Treze anos depois, o número de 1996 apresenta a seção chamada “Formação de antropólogos”, com os seguintes trabalhos: “Sobre a formação de antropólogos”, de Klaas Woortmann; “Totens e xamãs na pós-graduação”, de Claudia Fonseca; e “Sociedades tribais, urbanas e camponeses, uma proximidade desejável: notas para um curso de graduação em antropologia social”, de Ana Maria de Niemeyer (1996). Após seis anos, no número de 2002–2003, Roberto Cardoso de Oliveira relata o quadro histórico do ensino no contexto da criação e da atuação da ABA no texto “Cinco décadas de reuniões e a consolidação do campo antropológico”. O número de 2006 inclui o artigo “O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas”, de Luís Roberto Cardoso de Oliveira, abordando o trabalho do antropólogo em outros contextos, fora da universidade. Dez anos depois, o *Anuário* homenageia Mariza Peirano com vários textos, entre os quais se destaca “Em busca de dragões: Mariza Peirano e a arte de ensinar antropologia”, de Christine de Alencar Chaves (v. 41, n.1).

Na revista *Mana*, criada em 1995 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional, encontra-se uma série de trabalhos que, ao tratar da história da antropologia ou do pró-

6 Foram consultados os sumários e os resumos das edições publicadas de 1976 a 2018, disponíveis em <http://www.dan.unb.br/anuariointropologico-sumarios> (consulta em janeiro de 2019). O *Anuário Antropológico* encontra-se no nível A2 do Qualis CAPES.

prio PPGAS, fazem alguma referência ao ensino⁷. O número de 1998 inclui o artigo “Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo”, de Fernanda Peixoto; o de 2002 traz o artigo “Diálogos Jê: a pesquisa Krahô e o projeto Harvard-Museu Nacional”, em que Júlio Cezar Melatti rememora um dos projetos de pesquisa que deram origem ao PPGAS, após a reforma universitária da década de 1960. Em 2008, publica-se o “Dossiê – Homenagem aos fundadores”, com textos como “Trajetórias convergentes: Cardoso de Oliveira e Maybury-Lewis”, de Roque de Barros Laraia; “A terceira margem de RCO”, de Otávio Velho; “Lembranças”, de Mariza Peirano; e “Um semeador da antropologia: os antropólogos como nativos e seus ritos”, de João Pacheco de Oliveira (v. 14, n. 2). O segundo número de 2009 traz o artigo “Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas”, de Afrânio Garcia Jr. Quatro anos depois, uma entrevista a Lygia Sigaud, realizada por Guillermo Vega Sanabria, sob o título “O mundo desmágicizado”, trata concretamente do ensino no PPGAS do Museu Nacional (v. 19, n. 3, 2013). Publica-se, depois, a palestra inédita de Arthur Ramos (2015), “Os grandes problemas da antropologia brasileira”, “à qual fizemos” referência no início; no mesmo ano, aparece ainda o artigo “A antropologia historicizada ou Os índios de Fenimore Cooper. ‘Clássicos’ e ‘história’ no ensino de antropologia no Brasil”, de Guillermo Vega Sanabria (2015), tratando do currículo na pós-graduação.

Por fim, a revista *Horizontes Antropológicos*⁸, criada em 1995 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), dedicou um dos seus primeiros números às “Histórias da antropologia” (ano 3, n. 7, 1997), com textos sobre a disciplina na Argentina, no Uruguai, no Paraguai e no Brasil. Entre eles, o artigo “O espartilho de minha avó: linhagens femininas na antropologia”, de Mariza Corrêa, que alcançaria grande destaque nas discussões sobre a história da antropologia nacional. Mencione-se também o artigo “Os programas de pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas”, de Christina Rubim. Quatro anos depois, foi publicado o texto “Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo”, de Claudia Fonseca (2001). Após mais de dez anos, viria à luz “O legado da antropologia brasileira: relato de Roque de Barros Laraia” (v. 20, n. 42, 2014). Ao longo da história da revista, encontra-se, de novo, considerável número de homenagens e entrevistas a antropólogos. Recentemente, a *Horizontes Antropológicos* publicou um número especial sobre “Cultura e aprendizagem” (ano 21, n. 44, 2015) e outro sobre “Antropologia, etnografia e educação” (ano 23, n. 49, 2017), contudo o ensino de antropologia não foi objeto de nenhuma dessas duas edições.

Embora a lista anterior não esgote as publicações sobre o ensino de antropologia e a formação de antropólogos nos periódicos

7 Foram consultados todos os números, de 1995 a 2018, disponíveis em <https://www.revistamana.org/nuacutememos.html> (consulta em janeiro/fevereiro de 2019). A revista *Mana* é classificada no nível A1 do Qualis CAPES.

8 Foram consultados todos os arquivos, a partir da edição do ano 3, n. 6, out. 1997 até a última edição de 2018, disponíveis em <https://www.ufrgs.br/ppgas/ha/index.php/pt/menu/numeros-anteriores> (consulta feita em fevereiro de 2019). A revista encontra-se no nível A1 do Qualis CAPES.

nacionais⁹, ela estabelece um ponto de referência plausível para apreciar os trabalhos produzidos nessa seara. Observa-se de início que, como sugerido antes, a produção sobre o ensino de antropologia parece encontrar um lugar mais provável nos eventos acadêmicos do que nos periódicos científicos da área (cf. Apêndice 1). De fato, a maior parte dessas publicações é formada por textos idealizados como conferências, comunicações e reflexões pessoais, apresentadas originalmente em eventos acadêmicos. Por outra parte, os textos parecem ganhar um espaço nesses periódicos na medida em que, fundamentalmente, constituem memórias da história disciplinar no país, relatos de trajetórias acadêmicas e homenagens a figuras já consagradas na antropologia brasileira. Daí o tom reminescente e laudatório de muitos desses trabalhos. Em outros casos, os textos têm um caráter eminentemente opinativo, baseados na experiência qualificada dos autores como professores de antropologia e na sua reflexão pessoal sobre a própria prática (pedagógica e antropológica). Como alguns autores advertem alhures, tais textos não provêm de pesquisas sistemáticas sobre o assunto, nem têm qualquer pretensão teórica (ver, por exemplo, DaMatta, 1979; Guedes, 2004). Em geral, o traço mais notável

desse conjunto talvez seja a emergência de uma reflexão sobre o ensino de antropologia atrelada à história/historicização da disciplina no país. Isso vale, diga-se de passagem, para publicações e empreendimentos de mais fôlego empírico e analítico, como veremos adiante.

O predomínio dessa literatura de cunho memorialístico, opinativo e baseada nos testemunhos pessoais dos autores, pode ser entendido à luz de uma prática mais ou menos institucionalizada na antropologia, assinalada por Peirano (*apud* Vega Sanabria, 2015, p. 610): tanto a história quanto os textos introdutórios sobre a própria disciplina são feitos, via de regra, por antropólogos estabelecidos e quase sempre no final de suas carreiras. Isso porque, como sugere essa autora, a “credibilidade” e a “legitimidade” das narrativas encontram-se diretamente vinculadas ao sucesso da trajetória dos autores e ao fato de serem contemporâneos dos eventos que narram. Contudo, mesmo que dita literatura possa ser vista como um esforço (nativo) por elaborar vivências pessoais em uma perspectiva mais reflexiva e objetivante, é preciso atentar para os limites que dela decorrem ao tratarmos do ensino de antropologia e da formação de antropólogos. Nas palavras de Vega Sanabria (2015, p. 60):

9 Nesse sentido, ver, por exemplo, o número especial da revista *Anthropológicas* (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE), sob o título “Pós-graduação em Antropologia da UFPE. 20 Anos de Pós-Graduação em Antropologia: Memória, Tradição & Perspectivas” (1997). Na mesma revista, ver também o “Dossiê: Antropologia, educação, alteridades e desigualdades” (v. 27, n. 1, 2016) e, no mesmo ano, a “Edição Comemorativa dos 40 Anos do Programa do Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (1976-2016)” (v. 27, n. 2, 2016). A revista *Ilha* (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC) publicou o dossiê “Orientação” (v. 6, n. 1-2, 2004) e as edições especiais em homenagem a Sílvio Coelho dos Santos (v. 10, n. 1, 2008) e Alberto Guerreiro Ramos (v. 18, n. 1, 2016). Na revista *Sociedade e Cultura* (Universidade Federal de Goiás – UFG), ver o “Dossiê: Ciências Sociais UFG: 50 anos” (v. 17, n. 2, 2014). Na *Amazônica. Revista de Antropologia* (Universidade Federal do Pará – UFPA), ver os textos publicados sob o título “Simpósio Antropologia em Foco” (v. 1, n. 1, 2009) e o artigo “Intelectualmente ‘impuros e maculados’: reflexões sobre a formação em antropologia biológica no diálogo com outros campos da antropologia”, de Ricardo Ventura Santos (v. 3, n. 1, 2011). Enfim, menciona-se o “Dossiê Ensino de antropologia”, publicado na revista *Café com Sociologia* (v. 4, n. 2, 2015).

O fato de esses textos privilegiarem reminiscências e quase sempre resultarem do compromisso militante dos autores impede tomá-los como única base do estudo do campo antropológico. Tal como alertaram Latour e Woolgar ao fazerem um balanço da literatura sobre a ciência e as práticas científicas, é necessário reconhecer que “por mais estimulantes que sejam essas obras, elas não podem remediar a ausência de pesquisa, de observação direta, de contradição”.

Por que o interesse no ensino?

Algumas autoras têm sugerido que o interesse no ensino de antropologia no Brasil ganhou força a partir dos anos 1980 (Peirano, 1999, p. 244; Peixoto, 1998, p. 79) ou 1990 (Feldman-Bianco, 2013, p. 38; Grossi; Tassinari; Rial, 2006, p. 200). Entre as razões apontadas para tanto, encontram-se as reformas introduzidas pelas agências financiadoras e as discussões sobre avaliação e tempos de titulação na pós-graduação, a criação de cursos de graduação na área e a expansão do mercado de trabalho para antropólogos. Contudo, como visto anteriormente, as reflexões sobre o ensino remetem a preocupações mais antigas. Longe de naturalizá-la, cumpre-se perguntar por que razão a discussão sobre o ensino da disciplina adquire a importância que parece ter na antropologia no Brasil. Conforme Vega Sanabria (2005, p. 13), a princípio é possível considerar pelo menos três ideias que retomam reflexões mais amplas, propostas localmente nesse sentido.

Em primeiro lugar, tendo em vista a relação existente no Brasil entre ensino da disciplina e institucionalização dela, tal interesse corresponderia a um desdobramento de um momento histórico específico da an-

tropologia, do mesmo modo que as reflexões sobre o trabalho de campo tiveram crucial importância na primeira metade do século XX (Peirano, 1995; 2006). Em segundo lugar, a atenção dedicada ao ensino seria mais uma forma de atualizar a capacidade de autorreflexão atribuída com frequência à antropologia (Corrêa, 1997; Godoi; Debert; Pontes, 2002). Enfim, esse interesse resultaria do progressivo “*deslizamento*” que, nas últimas décadas, teria levado a antropologia feita no Brasil “de um pólo onde a noção de diferença definidora da disciplina era (ou pretendia ser) radical, para outro onde nós mesmos, cientistas sociais, somos o Outro” (Peirano, 1999, p. 234). A passagem da busca da “*alteridade radical*” para a busca da “*alteridade próxima*” ou “*mínima*” teria conduzido à crescente série de estudos atendo às biografias intelectuais de cientistas sociais, à caracterização da antropologia feita no Brasil, sua historiografia e sua sociogênese, assim como a algumas reflexões sobre seu ensino (ver Peirano, 1999, p. 244-246 para referências).

A dimensão de autorreflexão envolvida na formação antropológica tem, diga-se de passagem, grandes implicações para a compreensão e a estruturação do ensino em sua dimensão cotidiana, prática. Coerentemente com a crescente ênfase na reflexividade do pesquisador em relação à sua própria identidade (pessoal e sociocultural), ao lidar com os fenômenos sociais alheios, busca-se evitar uma excessiva formalização da transmissão de conhecimentos canônicos, em favor da frequência das “monografias” (trabalhos etnográficos densos) ou da experiência imediata de campo (participação, afetação etc.). O ensino da antropologia se torna, assim, uma espécie de prolegômeno à imersão subjetiva na lide de pesquisa —

locus por excelência de um “verdadeiro” aprendizado. Isso reforça o papel dos orientadores em detrimento das disciplinas obrigatórias, mesmo que não seja propriamente frequente a ida ao campo em grupos de que participem os orientadores¹⁰.

Nesse quadro, a relação entre o ensino de antropologia e a institucionalização da disciplina no Brasil merece consideração especial. Isso porque, como tem sido mostrado por vários autores, o foco no ensino revela aspectos centrais do processo de emergência e consolidação da antropologia no país, assim como da estrutura do sistema educacional em que ela se insere (notadamente nos cursos de graduação e pós-graduação na universidade). Desse modo, por exemplo, o ensino da disciplina aparece como um assunto embutido nos vários trabalhos desenvolvidos no Projeto História da Antropologia no Brasil (PHAB), coordenado por Mariza Corrêa na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Com o PHAB, Corrêa levaria a cabo o que talvez seja, até hoje, o maior e mais sistemático investimento de pesquisa nesse sentido¹¹. Na mesma direção, também são fundamentais os trabalhos reunidos por Miceli (1995; 2001) nos dois volumes

da *História das Ciências Sociais no Brasil*, os quais trazem contribuições específicas sobre a institucionalização da antropologia no país e, nesse contexto, lançam luz sobre o ensino da disciplina. Particularmente, destaquem-se as contribuições de Mariza Corrêa (1995) sobre a antropologia no Brasil de 1960 a 1980 e de Fernanda Peixoto (2001) sobre a presença de franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras.

O ensino aparece, assim, como uma concretização, um sinal a partir do qual pode ser traçado o surgimento, a paulatina autonomia e a profissionalização da antropologia. Desse ponto de vista, desde o início, institucionalização da disciplina no país tem significado, a rigor, pesquisar e ensinar (na universidade). Daí a indissociabilidade, no Brasil, entre pesquisa antropológica e ensino universitário. Primeiro por meio das cadeiras nas faculdades de filosofia e, depois, dos programas de pós-graduação — passando pelos cursos de aperfeiçoamento, de extensão e de especialização que foram oferecidos, a partir da década de 1950, em museus de vários lugares do país¹². O vínculo entre ensino e pesquisa como pedras fundamentais da institucionalização da disciplina, aliás, já era explícito

10 Ver, por exemplo, a distinção feita por Duarte (2006) entre “formação” e “ensino” na antropologia e em outras ciências humanas.

11 Vejam-se as dissertações de Ribas (1990), *O Brasil é dos brasileiros: medicina, antropologia e educação na figura de Roquette-Pinto*; Peixoto [Massi] (1991), *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*; Rosa (1993), *A aliança e a diferença: uma leitura do itinerário intelectual de Charles Wagley*; Passador (2002), *Herbert Baldus e a antropologia no Brasil*; assim como a tese de Rubim (1996), *Antropólogos brasileiros e a antropologia no Brasil: a era da pós-graduação*.

12 Os cursos de especialização tinham sido instituídos no Brasil pela Portaria Ministerial nº 497, de 15 de outubro de 1947. Os primeiros cursos especializados de antropologia começaram a ser ofertados, em 1953, por Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira no Museu do Índio e, posteriormente, no Museu Nacional; igualmente, foram oferecidos cursos de extensão, aperfeiçoamento, especialização e outras iniciativas similares, a partir de 1961, pela Divisão de Antropologia do Museu Goeldi e pela Faculdade Filosofia da Universidade do Pará e das quais foram professores, entre outros, Eduardo Galvão, Protásio Frikel, Napoleão Figueiredo, Edson Diniz, Isolda Albuquerque e Klaas Woortmann (cf. Corrêa, 1995; Arnaud, 1981, p. 145). Posteriormente, seriam criados também os cursos da UFSC em 1976 (Santos, 2006a, p. 55), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1972 (Helm, 2006, p. 112) e da UFGRS em 1974 (Teixeira, 2006, p. 165).

na Resolução de constituição da ABA, em 1955. O artigo 2º desse documento declara: “A Associação Brasileira de Antropologia é um órgão de âmbito nacional destinado a congregar os especialistas em Antropologia com exercício nos setores profissionais do ensino e da pesquisa” (ABA, 1957, p. 11). Dito vínculo também fica evidente na forma como as trajetórias individuais de figuras principais na institucionalização da disciplina são elaboradas, como sugere a seguinte declaração de Florestan Fernandes (*apud* Peirano, 1992, p. 75, grifos nossos):

Estávamos em uma nova era, para mim, e as minhas responsabilidades sofriam uma transformação rápida, quantitativa e qualitativa. Graças à transferência para a Cadeira de Sociologia I [...] e, em seguida, ao contrato como professor em substituição a Roger Bastide, eu me via diante da oportunidade de contar com uma *posição institucional* para pôr em prática as concepções que formara a respeito do *ensino da sociologia* e da *investigação sociológica*.

Desse modo, não surpreende que autores como Cardoso de Oliveira (1997) e Corrêa (1995; 2011), ao tratar da história e do ensino de antropologia no país, tenham dado especial atenção à criação e à consolidação dos departamentos e dos programas de pós-graduação, assim como à criação e ao papel desempenhado pela ABA, adotando o que Peirano (2000, p. 219) chama de “olhar institucional”. Isso porque, como também assinala Duarte (2010, p. 17):

A prática antropológica se dá majoritariamente nos departamentos universitários e nos programas de pós-graduação que constituem, provavelmente, sua espinha dorsal ins-

titucional. Como não havia até recentemente cursos de graduação em Antropologia, os de pós-graduação desempenhavam e desempenham ainda um papel arregimentador e organizador fundamental. Há toda uma bibliografia sobre as condições do ensino da disciplina. [...] Essa literatura de avaliação sobre as condições presentes no exercício da atividade antropológica complementa um considerável esforço de interpretação geral do sentido da Antropologia desenvolvida no contexto brasileiro [...].

Esse enfoque pode ser explicado ainda pelo fato de que, conforme Peixoto, no Brasil, como na França sob o impulso do projeto durkheimiano, o “campo por excelência das batalhas travadas pela legitimação das ciências sociais” é seu estabelecimento no ensino superior (Peixoto, 2001, p. 496). A constatação do vínculo entre ensino e institucionalização da disciplina é basililar para pensarmos como pesquisar o ensino constitui um caminho legítimo e produtivo analiticamente na hora de compreender as condições sociológicas em que a antropologia no país é possível. Todavia, o ensino emerge como objeto de pesquisa digno não apenas pelo que possa revelar da sociedade da qual a antropologia, enquanto disciplina científica, faz parte (Elias, 1982, p. 3; Peirano, 1999, p. 228), mas também porque, com base nele, é possível lançar luz sobre a cultura que, enquanto comunidade de especialistas, os antropólogos constituem e reproduzem por meio da formação dos seus novos membros.

Um paradoxo notável

O fato de o ensino ter recebido atenção fundamentalmente pela sua centralidade na história da institucionalização da disciplina

tem criado, porém, um paradoxo notável. Se, por um lado, tal tratamento lhe garantiu desde cedo sua incorporação na agenda de discussões dos antropólogos no país, por outro, tem-no fadado a uma posição analiticamente subordinada, dificultando sua compreensão como um objeto de estudo por direito próprio. Essa afirmação parece tanto mais plausível quanto o ensino de antropologia (e das outras ciências sociais) tem sido deixado de lado nos balanços disciplinares mais importantes feitos até agora no país. Referimo-nos, em concreto, aos três volumes de *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)* (Miceli, 1999), com especial atenção ao volume 1, dedicado à antropologia, e, ainda, ao quarto volume dessa mesma coleção, publicado como *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-2002)* (Miceli, 2012)¹³. O ensino tampouco é contemplado nos três volumes da coletânea mais recente, *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil* (Martins; Martins, 2010; Martins; Lessa, 2010); especialmente no volume correspondente à antropologia (Martins; Duarte, 2010). Embora a lista de trabalhos nessa ocasião fosse maior (14 em vez dos cinco da primeira coletânea), Duarte observara que “uma primeira ausência grave” nessa empreitada foi “a das rubricas separadas de História da Antropologia e de Teoria Antropológica”

(Duarte, 2010, p. 14). Trata-se precisamente daquelas que teriam oferecido alguma possibilidade de que o ensino fosse abordado, pelo menos tacitamente. Tal ausência pode ser efeito, já nessa altura, de uma nova configuração das linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, pois, como observa Simões (2018, p. 71):

[A] História provavelmente refletia a relevância conferida a estudos e pesquisas de história da antropologia e história das ciências sociais, nos anos 1980 e 1990; atualmente, parece refluir como designação temática, sem registro de criação de novas linhas de pesquisa, no período recente.

O corolário de ter no ensino um tema primordial para a história institucional, mas secundário analiticamente, é irônico, pois, como aponta Pierrot, são os antropólogos, talvez, “os que dão maior importância às aprendizagens, aqueles que afirmam que tudo se aprende e, portanto, que nada é inato” (Pierrot, 2015, p. 50). Porém, são eles mesmos os que, “paradoxalmente, se interessam menos” em saber como tudo isso acontece (Pierrot, 2015, p. 50). Ironias à parte, considerar o ensino como objeto de análise por direito próprio significa, em primeiro lugar, levar a sério a natureza cultural dos pro-

13 O volume 1 contém os trabalhos “Violência e crime”, de Alba Zaluar; “Etnologia brasileira”, de Eduardo Viveiros de Castro; “Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)”, de Mariza Peirano; “Questão racial e etnicidade”, de Lília Schwarcz; e “Religiões e dilemas da sociedade brasileira”, por Paula Montero. O artigo “Intelectuais brasileiros”, de Miceli, no volume 2, permite identificar algumas abordagens teóricas no estudo dos intelectuais no país e, com base em algumas delas, compreender o contexto geral do surgimento das universidades e de outras instituições acadêmicas, assim como o surgimento de especialistas em algumas áreas, incluindo as ciências sociais. No volume 4, encontram-se o artigo “Estudos sociológicos sobre educação no Brasil”, de Clarissa Eckert Baeta Neves, que faz referência aos trabalhos sobre educação superior e universidades públicas; e o “Comentário crítico”, feito por Carlos Benedito Martins. Martins destaca a introdução do ensino de sociologia, primeiro nos cursos secundários e, depois, nos cursos superiores, a propósito da que seria a “forte afinidade” da sociologia com o “campo educacional brasileiro” (Martins, 2012, p. 445). Embora os textos de Miceli, Baeta Neves e Martins muito contribuam para conhecer o contexto mais amplo do surgimento da antropologia no Brasil, é evidente que nenhum deles tem o ensino de qualquer disciplina como foco.

cessos de produção, comunicação e aquisição de conhecimentos... também na própria disciplina. Em segundo lugar, atentar para problemas que exprimem a especificidade dos processos de ensino, de aprendizagem e, em geral, os processos educacionais.

Entre esses problemas, vale mencionar, pelo menos, a cultura organizacional das instituições e dos grupos de especialistas responsáveis pelo ensino, a configuração dos currículos em relação ao cânone disciplinar, a qualidade do ensino e a avaliação dos aprendizados, assim como a formação dos professores universitários. O vínculo entre pesquisa antropológica e ensino da disciplina no Brasil pode ser explorado empiricamente, por exemplo, a partir da sociogênese dos currículos nos cursos de graduação e pós-graduação. Assim, em um caso emblemático, o desenvolvimento dos projetos de Roberto Cardoso de Oliveira e os primeiros estudantes-pesquisadores sobre “frentes de expansão” em zonas de índios e camponeses teria dado origem à oferta de duas das três disciplinas obrigatórias da matriz curricular inicial do PPGAS do Museu Nacional: [Organização Social e] Parentesco e Sociedades Camponesas, respectivamente¹⁴. A disciplina Antropologia Urbana, a terceira do tripé original, parece ter tido origem nos novos arranjos do corpo docente do PPGAS, após a chegada de Gilberto Velho.

Alguns desses assuntos, por sinal, renunciavam-se nos “problemas” e “deficiências” apontados pelas reflexões pioneiras sobre o ensino de antropologia e a formação de antropólogos no Brasil (Ramos, 2015; Schaden, 1954; Cunha, 1955; Durham; Cardoso, 1961; Agostinho, 1979; Menezes, 1979). Eles merecem ser retomados hoje, ainda que,

provavelmente, por razões diferentes. Isso porque, como dito no início, o cenário atual da formação na disciplina, notadamente na universidade, parece bem mais diversificado e ao mesmo tempo muito mais complexo (ver os trabalhos reunidos por Simião; Feldman-Bianco, 2018).

O ensino da disciplina vai além da formação de antropólogos. As reflexões nesse sentido muito se beneficiam das contribuições de antropólogos que atuam fora dos cursos de antropologia, assim como de outros profissionais no ensino básico (por exemplo, Dauster; Tosta; Rocha, 2014; Gusmão, 2016; Beserra; Lavergne, 2016; Rosistolato; Prado, 2015). Via de regra, tais contribuições são publicadas em periódicos de outras áreas, notadamente da educação, e resta ainda uma avaliação dessa produção acadêmica. No que tange à antropologia, a lista de pesquisas empíricas e sistemáticas tendo o ensino como objeto por si mesmo é ainda curta. Entre esses trabalhos vale mencionar algumas dissertações e teses produzidas nos cursos de pós-graduação em antropologia, tais como Gutiérrez Mendoza (1994), sobre um departamento de antropologia em uma universidade brasileira; Rubim (1996), acerca do surgimento dos primeiros quatro programas de pós-graduação no país; Vega Sanabria (2005), quanto aos currículos e à formação na pós-graduação; Sartori (2010), sobre o ensino de antropologia em cursos de graduação que não formam antropólogos; e Schweig (2015), a respeito do ensino de sociologia na educação básica de uma perspectiva antropológica. Eles têm em comum a busca por uma abordagem propriamente teórica do ensino e das instituições educativas e por um embasamento empírico da pes-

14 Ver Corrêa (1995, p. 42-43); ver também, na p. 44, os comentários sobre o “Estudo comparativo do desenvolvimento regional”.

quisa por meio da observação participante, entrevistas, pesquisa em arquivos e mesmo alguma estatística¹⁵.

Pelo escopo dos trabalhos e pelo papel central da ABA, nessa lista merecem menção à parte, a seguir, as publicações promovidas pela Associação desde meados da década de 1990. Tais publicações encetaram-se com *O ensino de antropologia no Brasil. Temas para uma discussão* (ABA, 1995). Na sequência, vieram à luz: “O campo da antropologia no Brasil” (Trajano; Ribeiro, 2004); *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras* (Grossi; Tassinari; Rial, 2006) — que republicou os textos de 1995 —; “Experiências de ensino e prática em antropologia no Brasil” (Tavares; Guedes; Caroso, 2010); *Antropologia visual: perspectivas de ensino e pesquisa* (Ferraz; Mendonça, 2014); e *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios* (Simião; Feldman-Bianco, 2018). É plausível supor ainda que outras publicações tenham sido feitas antes. Maggie e Gontijo, ao falar da criação da então Comissão de Ensino de Antropologia da ABA em 2004, referem-se à “continuação da tradição” que teria sido inaugurada pela Associação “desde que Castro Faria escreveu, em 1963, um balanço dos quatro campos da disciplina no Brasil – Arqueologia, Etnologia, Antropologia Biológica e Linguística” (Maggie; Gontijo, 2006, p. 364), apresentado originalmente na IV

RBA. Diante do engajamento da ABA e da importância desses empreendimentos, mas também de seus limites, é possível elencar outras contribuições e esboçar, quiçá, uma agenda própria para o ensino enquanto atividade profissional (dos professores de antropologia em diferentes âmbitos) e enquanto campo de pesquisa antropológica (dos pesquisadores em antropologia).

Ensinar antropologia no Brasil hoje

A partir da década de 2000, no encaixe de uma nova etapa de relativa expansão do sistema de educação superior no país, vários temas ganharam impulso nas discussões sobre ensino de antropologia. Por exemplo, o que era tido como paulatina diversificação do mercado de trabalho dos antropólogos, para além da docência e da pesquisa universitária¹⁶; o encurtamento dos tempos de titulação e a avaliação dos programas de pós-graduação (Fonseca, 2001; Seyferth, 2004); o surgimento dos cursos de graduação em antropologia (Eremites de Oliveira, 2014; os trabalhos de Grossi, Maggie, Trajano, Santos e Goldemberg reunidos por Grossi, Tassinari e Rial, 2006; e os de Trajano, Nascimento e Rosa & Reith na primeira parte de Tavares; Guedes; Caroso, 2010); os aspectos didáticos do ensino de antropologia nos cursos da área e em outros cursos (Beserra; Lavergne, 2016; Cohn, 2011; Cordovil, 2008; Ferraz;

15 Para tanto, foi consultado Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: fev. 2019.

16 Ver especialmente os trabalhos do “Encontro de ensino de antropologia: Diagnóstico, mudanças e novas inserções no mercado de trabalho” (Grossi; Tassinari; Rial, 2006). Essa ideia também se encontra em alguns dos trabalhos reunidos por Trajano e Ribeiro (2004); nos Anais da Oficina “Antropologia extramuros: campo profissional e as novas responsabilidades sociais e políticas” (Silva, 2008), assim como nos trabalhos da segunda parte de Tavares, Guedes & Caroso (2010), em Feldman-Bianco (2013) e em Franch, Andrade e Amorim (2015). Para um balanço crítico das previsões de ampliação e diversificação do mercado de trabalho dos antropólogos no Brasil, ver Machado (2018) e Teixeira (2018). Nem aqui, nem nos outros temas que elencamos a seguir fazemos citações exaustivas, mas sinalizamos trabalhos que permitem distinguir alguns desdobramentos e abordagens na discussão sobre o ensino de antropologia.

Mendonça, 2014; Guedes, 2004; Groisman, 2006; Gama; Fleischer, 2016; Kuschnir, 2014; Sartori, 2015); e, após a reintrodução da sociologia no ensino médio, o lugar da antropologia nesse e outros níveis educacionais (Oliveira; Brum, 2015 e os trabalhos reunidos por Oliveira; Brum, 2015). Agora que esse ciclo de expansão foi encerrado e se verifica um aumento significativo do número de cursos de antropologia, começam a ser feitos balanços do novo quadro institucional da disciplina no Brasil. Alguns autores chamam a atenção, particularmente, para a configuração de um campo disciplinar hierárquico, segmentado e endógeno (Simião, 2018), caracterizado pelo predomínio dos programas mais antigos na configuração dos currículos, das agendas de pesquisa, das redes de colaboração e dos recursos disponíveis (Simões, 2018; Schuch, 2018; Miranda, 2018; Trajano, 2018); na formação, no recrutamento e na circulação de docentes, assim como nos estilos do fazer antropológico daqueles que passam a atuar nos programas mais novos (Simões, 2018; Trajano, 2018; Machado, 2018; Miranda, 2018).

É nesse contexto que as velhas e as novas questões sobre o ensino da disciplina se colocam, ao mesmo tempo em que, como sugerido antes, a possibilidade de tratar o ensino de antropologia como objeto de estudo (antropológico) em seus próprios termos precisa ser considerada. Porém, dita empreitada exige, antes de mais nada, reconhecer uma séria dificuldade que, em geral, enfrentam as questões educacionais nas ciências sociais, a saber: a dificuldade de dotar as abordagens sociológicas dos fenômenos educacionais da mesma densidade analítica e da mesma consistência metodológica que outros temas têm merecido. Tassinari, ao refletir sobre o desenvolvimento da etnologia indígena e

os desafios da educação escolar indígena no Brasil, assinala, por exemplo, a existência de

uma lacuna que fora apontada por Aracy Lopes da Silva (2001) entre uma produção antropológica que produziu refinadas análises sobre a noção de pessoa, cosmologias, parentesco, de um lado, e outra mais descritiva das situações concretas da educação escolar, fruto do engajamento, no mais das vezes, dos mesmos antropólogos. A autora se propunha a pensar “nas razões das *dificuldades de rendimento teórico* de um tema que é social e politicamente importante para as populações indígenas e com o qual os etnólogos se veem frequentemente envolvidos” (LOPES DA SILVA 2001: 31), concluindo que essa lacuna é também fruto do silêncio da etnologia nacional a respeito de questões educativas (Tassinari, 2016, p. 45, grifos nossos).

As “dificuldades de rendimento teórico” das questões educacionais continuam sendo, decerto, um desafio para a antropologia como um todo. No caso do ensino da própria disciplina, tais dificuldades talvez possam ser compreendidas ainda, ao menos em parte, à luz do tratamento subordinado que, como já foi dito, o tema tem recebido. Tratamento esse, aliás, que parece persistir até hoje. Se até a década de 1990 o interesse acadêmico no assunto era subordinado à produção de uma história da institucionalização da disciplina no país, após o início das publicações da ABA focando especificamente o ensino, ele pode ser caracterizado agora como um interesse preponderante nos aspectos organizacionais do “campo da antropologia no Brasil”. Por aspectos “organizacionais” referimo-nos, notadamente, à expansão, ao financiamento e à avaliação da pós-graduação; à configuração das linhas

de pesquisa e das subáreas de especialização disciplinar; à relativa circulação de recursos e pessoas por meio das publicações, da composição de bancas de mestrado e doutorado e do recrutamento de quadros docentes nas universidades; às redes de cooperação dos grupos de pesquisa por meio da chamada internacionalização; à trajetória e à “empregabilidade” dos egressos, assim como às contingências a que estão submetidas as áreas de atuação profissional dos antropólogos (ver Trajano; Ribeiro, 2004; Simião; Feldman-Bianco, 2018).

O que está em foco nesse tratamento mais recente é, como apontado por Simião, a urgência de responder “às rápidas e significativas transformações” da disciplina, que exigem “novas abordagens de gestão” (Simião, 2018, p. 16). Trata-se de uma escolha pertinente e necessária porque, por um lado, garante a perspectiva “institucional” que tem favorecido as discussões sobre o ensino (Cardoso de Oliveira, 1997; Corrêa, 1995; 2011; Peirano, 2000). Por outro, porque tem estimulado a produção sistemática de dados empíricos e de análises de mais fôlego. Contudo, ainda há um espaço considerável para uma reflexão na qual as preocupações propriamente didáticas, junto a abordagens microsociológicas e etnográficas da sala de aula de antropologia, possam prosperar e ser consideradas em todo seu potencial¹⁷. Assim sendo, dois assuntos que estão no âmago dessa discussão revestem particular interesse, nesse momento, ao pensarmos em uma agenda de pesquisa para o ensino de antropologia e a formação de antropólogos porque eles despontam como condições *sine qua non* da reprodução disciplinar e da qualidade

da formação na área, a saber: o currículo e a formação docente.

O currículo em antropologia

Um traço notável do ensino nos cursos de antropologia no Brasil é a homogeneidade das matrizes curriculares e até das bibliografias. Embora dito traço venha sendo apontado há algum tempo, ao menos no que tange aos cursos de pós-graduação (Schwarcz, 2006; Debert, 2004; Vega Sanabria, 2005; 2015), nota-se também como ele é reforçado pela dinâmica institucional descrita anteriormente. Isso porque, tratando-se da configuração dos currículos, mais uma vez, os modelos dos programas mais antigos operam como referência principal dos programas mais novos (Trajano, 2018). Se, por um lado, tal homogeneidade contrasta com as dificuldades produzidas pela heterogeneidade da estrutura curricular e a dispersão de conteúdos e de orientações teóricas da formação em outros países (Vega Sanabria, 2005, p. 100), também é verdade que ela produz o que Sprandel e Barreto Fo. (2018) chamaram de “*inércia do currículo*” e da formação. Conforme esses mesmos autores, um efeito dessa inércia é a incapacidade para contemplar no ensino da disciplina outras necessidades de treinamento, como as experimentadas pelos antropólogos que atuam em atividades e áreas fora das universidades.

Outro fato notável nesse nível é, *mutatis mutandis*, a replicação na graduação, seja em cursos de ciências sociais ou de antropologia, do modelo curricular predominante na pós-graduação (Cordovil, 2008, p. 5; Tavares; Guedes; Caroso, 2010, p. 21; Vega Sanabria,

¹⁷ Ver, por exemplo, os trabalhos da primeira parte de Ferraz e Mendonça (2014), a propósito do ensino de antropologia visual no Brasil, e Beserra e Lavergne (2016). Para trabalhos fora do Brasil, veja-se, por exemplo, Rice, McCurdy e Lukas (2010).

2015; 2018). Particularmente, em virtude de certa linearidade na organização dos conteúdos obrigatórios, como evidenciada na sequência, bastante comum na graduação, de matérias como Antropologia I, Antropologia II, Antropologia III etc., coroada, em alguns casos, por uma Antropologia no Brasil ou matéria similar. Isso parece especialmente plausível quando considerada a organização, igualmente comum na pós-graduação, de matérias como Teoria I e Teoria II, Teorias Clássicas e Teorias Contemporâneas e seus equivalentes. Em ambos os casos, tais arranjos privilegiam uma compreensão tida como canônica por antropólogos profissionais, baseada na historicização do próprio campo disciplinar por meio da sucessão de “escolas de pensamento” antropológico (Vega Sanabria, 2015). Tal arranjo pressupõe, ademais, uma espécie de *folk psychology* dos professores de antropologia acerca da natureza acumulativa e progressiva das aprendizagens dos estudantes. Em última análise, o que esses arranjos curriculares — isto é, culturais — revelam ao mesmo tempo é:

- uma teoria nativa da configuração do conhecimento antropológico;
- uma teoria nativa da aprendizagem (de antropologia) dos professores de antropologia (Vega Sanabria, 2018).

A formação docente (dos professores de antropologia)

Outro assunto praticamente intocado nas discussões sobre o ensino da disciplina no Brasil é a formação de professores. Isto é, dos professores universitários de antropologia. Embora a pós-graduação surgesse no país com o intuito inicial de formar os quadros docentes do ensino superior, dita formação tem sido entendida quase sempre

como sinônimo de especialização disciplinar. No período que antecedeu a criação dos programas de pós-graduação, Durham e Cardoso (1961) referiam-se à necessidade de “qualificação do quadro docente” para falar da falta de formação especializada em antropologia. Professores “altamente qualificados” significava, nesse contexto, “com formação na área”, em contraste com o predomínio de autodidatas e de profissionais formados em outros campos — notadamente na medicina — nos primeiros anos da antropologia acadêmica no país (Corrêa, 1995; Debert, 2004). As exigências de conhecimento disciplinar especializado começariam a ser satisfeitas definitivamente com a criação dos programas de pós-graduação em antropologia e, depois, pela exigência de doutorado para o exercício da docência universitária. Contudo, como bem sabem os alunos de qualquer área na universidade, por mais completa e sofisticada que uma formação disciplinar possa ser, ela, *per se*, está longe de garantir qualificação pedagógica para ensinar. Todavia, eis aqui um novo paradoxo: mesmo a antropologia no Brasil sendo basicamente “um campo de professores” (Simião, 2018, p. 21; ver também Machado, 2018, p. 243), nem dita qualificação faz parte do nosso treinamento explícito como futuros (potenciais?) docentes universitários, nem tem sido uma preocupação nas discussões sobre o ensino da disciplina.

Em um certo sentido, a formação docente faz parte das preocupações ao redor do ensino de antropologia, porém com um claro viés. Como observa Tassinari, de novo no caso da educação indígena, “as discussões sobre o ensino de Antropologia tendem a se ampliar e complexificar, à medida que compreendem reflexões sobre a formação de professores, a inclusão de indígenas no

Ensino Superior e as Ações Afirmativas” (Tassinari, 2016, p. 47). Tassinari também aponta que “essa relação entre a formação do campo da Antropologia e as políticas de formação de professores e de escolarização de indígenas merece ser melhor investigada, como têm demonstrado algumas pesquisas que venho orientando sobre outros contextos nacionais [...]” (Tassinari, 2016, p. 54). Contudo, ao falar de formação de professores, Tassinari, como outros antropólogos que se interessam no assunto, refere-se basicamente aos professores indígenas formados nas licenciaturas interculturais e aos professores do ensino básico (cf. Brum; Jesus, 2018; Gusmão, 2016; Oliveira; Rúa, 2017; Rosistolato; Prado, 2015). Resta ainda colocar a própria formação dos professores universitários de antropologia nessa pauta, especialmente no contexto da crescente heterogeneidade das instituições, dos alunos e, sobretudo, dos próprios professores (para uma das poucas reflexões nesse sentido, ver Sartori, 2010; 2015)¹⁸.

A falta de uma reflexão sobre a formação pedagógica dos professores de antropologia fica palpável, justamente, nas tensões suscitadas nos programas de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* com o ingresso, para citar apenas um exemplo, de alunos indígenas, seja ou não por meio de ações afirmativas. Decerto não se trata dos mesmos desafios do ensino a indígenas em seu meio de origem ou em contextos altamente especializados como podem ser as licenciaturas interculturais, mas da transmissão da antropologia ocidental (suas teorias, suas práticas, sua racionalidade) a sujeitos sociais oriundos de contextos culturais totalmente diferentes.

Embora o assunto seja objeto de discussões informais frequentes, não parece haver ainda uma reflexão sistemática e pública sobre essa nova frente do ensino da antropologia no país — felizmente cada vez mais frequente, mas infelizmente quase sempre improvisada.

Considerar esses assuntos exige alargar o foco da discussão e reconhecer que as dificuldades dos alunos (indígenas ou não) para se apropriar da cultura universitária refletem não apenas seu eventual despreparo ou as carências do seu *background* social e acadêmico, mas também o despreparo da universidade como instituição e as carências da formação pedagógica dos professores universitários. Nesse sentido, junto às frequentes discussões sobre as mudanças no perfil dos alunos universitários de hoje, quiçá também seja mister uma reflexão mais franca sobre as transformações ocorridas no perfil dos próprios professores. Aliás, a despeito do tom, ora de denúncia, ora de condescendência, que impera ao se falar das mudanças na demografia universitária nos últimos anos, dois apontamentos cabem aqui, pelo menos no que tange aos alunos. Em primeiro lugar, a aparente democratização do acesso à universidade contrasta com o predomínio, ao menos até 2012, de egressos das pós-graduações em antropologia procedentes das camadas da população com mais alta escolaridade (ver dados e um balanço bem ponderado dessa questão em Teixeira, 2018; Machado, 2018). Em segundo lugar, como nós, os professores universitários de antropologia, sabemos, as dificuldades dos alunos existem. Porém, como os relatos a seguir sugerem, talvez elas possam consistir em um problema bem mais antigo e não em um produto da

18 A respeito, vale mencionar também o pungente relato dos participantes na mesa-redonda “Novas universidades, novos campi, novas antropologias: docências, alteridades e expansão do Ensino Superior no Brasil”, organizada por Rafael Noleto (Universidade Federal de Pelotas – UFPel), na 31ª RBA (Brasília, 2018).

mais recente expansão da universidade. Por exemplo, ao tratar da implantação do ensino de antropologia na UFRGS, Teixeira faz o seguinte relato do oferecimento de uma disciplina sobre questões africanas na década de 1960:

Como a maior parte da literatura que consegui reunir era em inglês, cuja leitura raríssimos alunos dominavam, me vi forçado a fazer diversas traduções mais ou menos resumidas, para uso deles. Além de me exigir um grande esforço, isto também representou uma certa temeridade, porém, com resultado bastante satisfatório. Temeridade porque, sendo medíocre meu conhecimento de inglês, de modo quase autodidata, me vi forçado a desenvolver sua leitura (Teixeira, 2006, p. 154).

Na mesma direção, Helm aponta, a propósito da reestruturação da especialização em antropologia da UFPR na década de 1980, que “a nova fase foi marcada por uma sensível modificação no perfil de sua clientela” (Helm, 2006, p. 115). Pensar na formação pedagógica dos professores de antropologia de modo algum significa passar a exigir, ingenuamente, formação em licenciatura ou qualquer requerimento dessa ordem,

mas promover de maneira sistemática a reflexão sobre as práticas de ensino e de aprendizagem na formação em antropologia. Os professores universitários de antropologia, a princípio, ocupam uma posição privilegiada nesse debate, uma vez que a própria disciplina os mune da reflexividade indispensável para atentar para sua prática de ensino como um elemento central de sua prática profissional. Trata-se, em última análise, de atualizar no ensino o pressuposto de reflexividade e de permanente tentativa de objetivação da nossa experiência como antropólogos... também no universo cultural da sala de aula.

Usar o saber antropológico no ensino de antropologia

O principal corolário do balanço aqui proposto talvez seja como aproveitar melhor o saber disciplinar e o saber pedagógico dos professores de antropologia para entendermos o ensino e a aprendizagem da nossa disciplina — especialmente em tempos em que a nobre tradição das ciências humanas e sociais no país é submetida a crescentes pressões e desqualificações¹⁹. Porém, sobretudo, diante dos desafios didáticos e políticos que advêm, como apontado anteriormente, de um ambiente institucional cada vez mais hetero-

19 Enquanto preparamos este trabalho, diariamente são tomadas decisões e anúncios são feitos pelo atual governo sobre o corte radical de investimentos públicos nas Instituições de Educação Superior. Os cortes comprometem despesas essenciais, tais como água, eletricidade, telefone, serviços de limpeza, vigilância, manutenção etc., e também bolsas e o financiamento da pesquisa. A situação, já incerta e dramática, vê-se agravada pela desqualificação das ciências humanas, particularmente da filosofia e da sociologia, associadas pelos membros do governo ao que chamam de “balbúrdia” e “marxismo cultural” [*sic*] nas universidades. Em geral, trata-se de um movimento com uma agenda reacionária e ultraconservadora no país, que tem como marca um anti-intelectualismo delirante, ataques à autonomia universitária e à liberdade de cátedra, assim como a perseguição aos estudos de gênero, de direitos humanos, do meio ambiente e de outras pautas caras às ciências humanas contemporâneas. Essa situação, que já se prenunciava mesmo em anos anteriores, tem suscitado reflexões urgentes entre os antropólogos no Brasil; infelizmente, elas têm deixado de fora os desafios colocados especificamente para o ensino de antropologia dentro e fora da sala de aula. A respeito, veja-se, por exemplo, o dossiê organizado por Machado, Motta e Facchini (2018), publicado pela *Revista de Antropologia* sob o sugestivo título “Quem tem medo dos antropólogo(a)s? Práticas científicas em novos cenários políticos”.

gêneo e complexo. Um efeito desse cenário é o surgimento do que Lawrence Kohlberg (Power; Higgins; Kohlberg, 2011) chama de “atmosfera moral”, isto é, uma espécie de clima social dentro da sala de aula, nem sempre favorável ou bem-disposto com relação aos ensinamentos antropológicos. Tal atmosfera coloca em xeque, cada vez mais amiúde, os pressupostos do que até agora entendíamos como o cânone da disciplina. É em um contexto como esse que, para bem e para mal, somos compelidos a refletir sobre nosso trabalho como formadores. Apontamos anteriormente pelo menos dois temas, o currículo e a formação pedagógica dos docentes de antropologia, que poderiam ser parte central de uma agenda sobre o ensino no curto prazo. Porém, as possibilidades são múltiplas

e, decerto, dependem do compromisso, dos interesses e das necessidades dos próprios antropólogos, enquanto pesquisadores e professores. Fala-se amiúde, provavelmente com boa intenção, da importância e do benefício de “ensinar o método etnográfico” e de incorporar a leitura de boas etnografias no ensino. Todavia, nosso principal desafio nesse nível talvez seja como encarar etnograficamente nosso trabalho de ensino e como adensar antropologicamente nossas reflexões sobre o processo cultural que é a reprodução da nossa própria disciplina. Trata-se, afinal, de sabermos se é possível produzirmos alguma antropologia quando refletimos sobre nossa experiência como professores de antropologia, se é possível alguma (boa) antropologia do ensino de antropologia.

BIBLIOGRAFIA

- AGOSTINHO, P. Ensino pós-graduado, teoria e pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, v. 22, p. 133-142, 1979. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1979.110809>
- ALMEIDA, A. W. B. **Os programas de pós-graduação em antropologia na Amazônia**. Rio de Janeiro: ABA, 2019.
- ARNAUD, E. Os estudos de Antropologia no Museu Emílio Goeldi. **Acta Amazonica**, v. 11, n. 1, supl., p. 137-148, 1981. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43921981111s137>
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2., 1957. **Anais** [...]. 1957. Disponível em: <<http://www.portal.abant.org.br/2017/03/14/anais-2-rba/>>. Acesso em: fev. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 3., 1959. **Anais** [...]. 1959. Disponível em: <<http://www.portal.abant.org.br/2017/03/14/anais-3-rba/>>. Acesso em: fev. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). **O ensino de antropologia no Brasil**. Temas para uma discussão. Rio de Janeiro: ABA, 1995.
- AZEREDO, P. R. **Antropólogos e pioneiros**. A história da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- BELTRÃO, J. F. Amazônia e antropologia: gradações de um *enredamento* secular. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (orgs.). **O Campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Contracapa/Associação Brasileira de Antropologia, 2004. p. 187-208.

- BESERRA, B.; LAVERGNE, R. F. Etnografando a sala de aula: contribuições da antropologia à formação de professores. **Anthropológicas**, ano 20, v. 27, n. 1, p. 72-101, 2016.
- BRANDÃO, M. do C.; MOTTA, A. (orgs.). **Aproximações**. Antropologia no Norte e Nordeste. Recife: Bargaço, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior e-MEC**. Brasil: Ministério da Educação, 2019a. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 6 maio 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Plataforma Sucupira**. Brasil: Ministério da Educação, 2019b. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?sessionId=RrFiwkeaNwCL+ePH42JqY51j.sucupira-215?areaAvaliacao=35>>. Acesso em: 19 fev. 2019.
- BRUM, C. K.; JESUS, S. C. de. Antropologia como educação: um diálogo sobre experiências de ensino da antropologia em cursos de formação de professores e seus desafios. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 54, n. 2, p. 217-228, 2018. <http://doi.org/10.4013/csu.2018.54.2.09>
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Cinco décadas de reuniões e a consolidação do campo antropológico (Em memória de Luiz de Castro Faria, primeiro presidente da ABA). **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 9-25.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Sobre o pensamento antropológico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Conversa com Manuela Carneiro da Cunha. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 375-387.
- CARVALHO, M. do R. G. ABA, 50 anos. In: ECKERT, C.; PIETRAFESA, E. (orgs.). **Homenagens: Associação Brasileira de antropologia: 50 anos**. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 299-308.
- COHN, C. O ensino de antropologia da saúde na graduação: uma experiência. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 41-49, 2011.
- CONSORTE, J. G. Revivendo os 50 anos da ABA. In: ECKERT, C.; PIETRAFESA, E. (orgs.). **Homenagens: Associação Brasileira de antropologia: 50 anos**. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 165-172.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Relatório de avaliação quadrienal 2017**. Antropologia e arqueologia. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Diretoria de Avaliação, 2017.
- CORDOVIL, D. Formação de antropólogos no Brasil ontem e hoje. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP**, v. 1, n. 1, dez. 2008.
- CORRÊA, M. A antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré & FAPESP, 1995. v. 2. p. 25-106.
- CORRÊA, M. **As Reuniões Brasileiras de Antropologia: cinquenta anos (1953-2003)**. Campinas: Editora da Unicamp/Brasília (DF): ABA, 2003.
- CORRÊA, M. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. **Revista de Antropologia**, v. 40, n. 1, p. 11-54, 1997. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77011997000100002>
- CORRÊA, M. O mato & o asfalto. Campos da antropologia no Brasil. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, n. 1, p. 209-229, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752011v1n1>
- CUNHA, M. W. V. da. Possibilidades de exercício de atividades docentes, de pesquisa e técnico-profissionais por antropólogos no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 105-114, 1955. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1955.110331>

- DAMATTA, R. Notas para uma pedagogia antropológica. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 13-29, 1979.
- DAUSTER, T.; TOSTA, S. P.; ROCHA, G. (orgs.). “**Discutindo a relação**”: antropologia e educação a partir de uma experiência de ensino, pesquisa e orientação. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- DEBERT, G. Formação e ensino. In: TRAJANO, W.; RIBEIRO, G. L. **O campo da antropologia no Brasil**. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 143-162.
- DUARTE, L. F. D. Apresentação de Ramos, Arthur. Os grandes problemas da antropologia brasileira. **Mana**, v. 21, n. 1, p. 195-199, 2015.
- DUARTE, L. F. D. Formação e ensino na antropologia social: os dilemas da universalização romântica. In: GROSSI, M.; TASSINARI, A.; RIAL, C. (orgs.). **Ensino de antropologia no Brasil**: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 17-36.
- DUARTE, L. F. D. O campo atual da Antropologia no Brasil. In: MARTINS, C. B. (coord.); DUARTE, L. F. D. (org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**. Antropologia. São Paulo: Anpocs/Barcarolla/Discurso Editorial, 2010. p. 13-23.
- DURHAM, E. R.; CARDOSO, R. C. L. O ensino da antropologia no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 9, n. 1-2, p. 91-108, 1961.
- ECKERT, C.; GODOI, E. P. de (org.). **Homenagens**: Associação Brasileira de antropologia: 50 anos. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- EDITOR, O. E. XII Reunião Brasileira de Antropologia. **Revista de Antropologia**, v. 24, p. 171-174, 1981. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1981.110977>
- ELIAS, N. Scientific establishments. In: ELIAS, N.; MARTINS, H.; WELLEY, R. (orgs.). **Scientific establishments and hierarchies**. Dobrecht, Boston, Londres: D. Reidel Publishing Company, 1982. p. 3-69.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Jus sperniandi*: proposta de criação de uma graduação em antropologia em Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 11, n. 21, p. 8-43, 2014. <http://dx.doi.org/10.15210/lepaarq.v11i21.2802>
- FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Desafios da antropologia brasileira**. Brasília: ABA, 2013.
- FERRAZ, A. L. M. C.; MENDONÇA, J. M. de. **Antropologia visual**: perspectivas de ensino e pesquisa. Brasília, DF: ABA, 2014.
- FONSECA, C. Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo. **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 16, p. 261-275, 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832001000200014>
- FRANCH, M.; ANDRADE, M.; AMORIM, L. (orgs.). **Antropologia em novos campos de atuação**: debates e tensões. João Pessoa: Mídia/ABA Publicações, 2015.
- GAMA, F.; FLEISCHER, S. Na cozinha da pesquisa: relato de experiência na disciplina “Métodos e técnicas em Antropologia Social”. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 5, n. 2, p. 109-127, 2016.
- GODOI, E. P. de; DEBERT, G.; PONTES, H. (orgs.). **Antropologia na pós-Graduação**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.
- GROISMAN, A. Ensino de antropologia em “outros cursos”. In: GROSSI, M.; TASSINARI, A.; RIAL, C. (orgs.). **Ensino de antropologia no Brasil**: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 333-349.
- GROSSI, M.; TASSINARI, A.; RIAL, C. (orgs.). **Ensino de antropologia no Brasil**: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras. Blumenau: Nova Letra, 2006.

- GUEDES, S. L. Produzir antropólogos: algumas reflexões. **Ilha. Revista de Antropologia**, v. 6, n. 1/2, p. 183-196, 2004.
- GUSMÃO, N. Antropologia, cultura e educação na formação de professores. **Anthropológicas**, ano 20, v. 27, n. 1, p. 45-71, 2016.
- GUTIÉRREZ MENDOZA, E. S. **Uma “aldeia” de antropólogos: a antropologia em Brasília**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 1994.
- HELM, C. A antropologia no Paraná. *In*: SANTOS, S. C. *et al.* (orgs.). **Memória da antropologia no Sul do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC/ABA, 2006. p. 81-123.
- KUSCHNIR, K. Ensinando antropólogos a desenhar: uma experiência didática e de pesquisa. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 3, n. 2, p. 23-46, 2014.
- MACHADO, I. J. de R. Oportunidade e escassez: sobre os egressos dos doutorados em antropologia no Brasil (2004-2012). *In*: SIMIÃO, D. S.; FELDMAN-BIANCO, B. (orgs.). **O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios**. Rio de Janeiro: ABA, 2018. p. 231-258.
- MACHADO, L. Z.; MOTTA, A.; FACCHINI, R. (orgs.). Quem tem medo dos antropólogo(a)s? Práticas científicas em novos cenários políticos. **Revista de Antropologia**, v. 61, n. 1, p. 9-32, 2018. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2018.145509>
- MAGGIE, Y.; GONTIJO, F. Comissão de Ensino de Antropologia. Gestão 2004-2006. Apresentação. *In*: GROSSI, M.; TASSINARI, A.; RIAL, C. (orgs.). **Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 363-366.
- MARTINS, C. B. Estudos sociológicos sobre educação no Brasil (Comentário crítico). *In*: MICELI, S. (org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-2002)**. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 2012. p. 439-455.
- MARTINS, C. B. (coord.); DUARTE, L. F. D. (org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia**. São Paulo: Barcarolla, 2010.
- MARTINS, C. B. (coord.); LESSA, R. **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: Barcarolla, 2010. 400 p.
- MARTINS, C. B. (coord.); MARTINS, T. de S. H. H. (org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia**. São Paulo: Barcarolla, 2010.
- MENEZES, E. D. B. A pesquisa como base para o ensino de pós-graduação. **Revista de Antropologia**, v. 22, p. 143-149, 1979.
- MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1995. v. 2.
- MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Sumaré, 2001.
- MICELI, S. (org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. v. 2.
- MICELI, S. (org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-2002)**. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 2012. v. 4.
- MIRANDA, A. P. M. de. Políticas de financiamento e de avaliação das pós-graduações em antropologia. Desafios e perspectivas. *In*: SIMIÃO, D. S.; FELDMAN-BIANCO, B. (orgs.). **O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios**. Rio de Janeiro: ABA, 2018. p. 131-167.
- MULLER, L. H. A. *et al.* Jornada de reflexões sobre o ensino de antropologia social no Rio Grande do Sul. *In*: GROSSI, M.; TASSINARI, A.; RIAL, C. (orgs.). **Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 415-423.

- NIEMEYER, A. M. de. Sociedades tribais, urbanas e camponeses, uma proximidade desejável: notas para um curso de graduação em antropologia social. **Anuário Antropológico**, p. 49-66, 1996.
- OLIVEIRA, A. Um balanço da discussão sobre ensino na Associação Brasileira de Antropologia. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 80-91, 2017.
- OLIVEIRA, A.; BRUM, C. K. (orgs.). **Revista Café com Sociologia**, v. 4, n. 2, 2015. (Dossiê Ensino de Antropologia.)
- OLIVEIRA, A.; RÚA, M. Formação de professores para o ensino de Antropologia no Brasil e na Argentina. **Perspectiva**, v. 35, n. 1, p. 92-112, 2017. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2017v35n1p92>
- PASSADOR, L. H. **Herbert Baldus e a antropologia no Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- PEIRANO, M. A antropologia como ciência social no Brasil. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 219-232, 2000.
- PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PEIRANO, M. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). *In*: MICELI, S. (org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. v. 2. p. 225-266.
- PEIRANO, M. Um ponto de vista sobre o ensino da antropologia. *In*: GROSSI, M.; TASSINARI, A.; RIAL, C. (orgs.). **Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 77-103.
- PEIRANO, M. **Uma antropologia no plural**. Três experiências contemporâneas. Brasília: Editora da UnB, 1992.
- PEIXOTO, F. **Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- PEIXOTO, F. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras: 1930-1960. *In*: MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Sumaré, 2001. v. 1. p. 477-531.
- PEIXOTO, F. Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 79-107, 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131998000100004>
- PEIXOTO, F.; SIMÕES, J. A. A Revista de Antropologia e as ciências sociais em São Paulo: notas sobre uma cena e alguns debates. **Revista de Antropologia**, v. 46, n. 2, p. 383-409, 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012003000200009>
- PIERROT, A. Aprendizagem e representação. Os antropólogos e as aprendizagens. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, n. 44, p. 49-80, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832015000200004>
- POWER, C.; HIGGINS, A.; KOHLBERG, L. From Lawrence Kohlberg's Approach to Moral Education. **Schools: Studies in Education**, v. 8, n. 1, p. 97-106, 2011.
- RAMOS, A. Os grandes problemas da antropologia brasileira. **Mana**, v. 21, n. 1, p. 195-212, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p195>
- RIBAS, J. B. C. **O Brasil é dos brasileiros: medicina, antropologia e educação na figura de Roquette-Pinto**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.
- RICE, P. C.; MCCURDY, D. W.; LUKAS, S. A. (orgs.). **Strategies in teaching anthropology**. Upper Saddle River: Pearson Education, 2010.
- ROSA, F. T. R. S. **A aliança e a diferença: uma leitura do itinerário intelectual de Charles Wagley**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

- ROSISTOLATO, R.; PRADO, A. P. do. O lugar da antropologia na formação de educadores. **Revista Café com Sociologia**, v. 4, n. 2, p. 98-111, 2015.
- RUBIM, C. de R. **Antropólogos brasileiros e a antropologia no Brasil: a era da pós-graduação**. Tese (D)outorado. – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- SANTOS, R. V. Intelectualmente “impuros e maculados”: reflexões sobre a formação em antropologia biológica no diálogo com outros campos da antropologia. **Amazônica. Revista de Antropologia**, v. 3, n. 1, p. 10-31, 2011. <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v3i1.628>
- SANTOS, S. C. dos. A antropologia em Santa Catarina. In: SANTOS, S. C. dos. *et al.* (orgs.). **Memória da antropologia no Sul do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC/ABA, 2006a. p. 17-80.
- SANTOS, S. C. dos. A atuação da ABA diante das demandas sociais e políticas: A importância da Reunião de 1974. In: ECKERT, C.; PIETRAFESA, E. (orgs.). **Homenagens: Associação Brasileira de antropologia: 50 anos**. Blumenau: Nova Letra, 2006b. p. 63-70.
- SANTOS, S. C. dos; HELM, C. M. V.; TEIXEIRA, S. A. (orgs.). **Memória da antropologia no Sul do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC/ABA, 2006.
- SARTORI, A. J. A “**experiência**” como mediadora no ensino da antropologia para quem não vai ser antropólogo. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- SARTORI, A. J. O ensino da Antropologia nos cursos de licenciatura e bacharelado: “o que” ensinam e “como” ensinam. **Revista Café com Sociologia**, v. 4, n. 2, p. 112-130, 2015.
- SCHADEN, E. Problemas do ensino de Antropologia. **Revista de Antropologia**, v. 2, n. 1, p. 1-10, 1954. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1954.110268>
- SCHUCH, P. A dinâmica do campo: redes de pesquisa e colaboração. In: SIMIÃO, D. S.; FELDMAN-BIANCO, B. (orgs.). **O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios**. Rio de Janeiro: ABA, 2018. p. 83-103.
- SCHWEIG, G. R. **Aprendizagem e ciência no ensino de Sociologia na escola: um olhar desde a Antropologia**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- SEYFERTH, G. O papel do financiamento e da avaliação na constituição do campo disciplinar. In: TRAJANO, W.; RIBEIRO, G. L. **O campo da antropologia no Brasil**. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 93-116.
- SILVA, G. (org.). **Antropologia extramuros**. Novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos. Brasília: Paralelo 15/ABA, 2008.
- SIMIÃO, D. S. Introdução. In: SIMIÃO, D. S.; FELDMAN-BIANCO, B. (orgs.). **O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios**. Rio de Janeiro: ABA, 2018. p. 9-28.
- SIMIÃO, D. S.; FELDMAN-BIANCO, B. (orgs.). **O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios**. Rio de Janeiro: ABA, 2018.
- SIMÕES, J. A. A dinâmica do campo: temas, tendências e desafios. In: SIMIÃO, D. S.; FELDMAN-BIANCO, B. (orgs.). **O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios**. Rio de Janeiro: ABA, 2018. p. 57-82.
- SPRANDEL, M. A.; BARRETO Fo., H. T. Profissionais com formação em antropologia para que? Uma apreciação das transformações contemporâneas no campo de atuação profissional em antropologia. In: SIMIÃO, D. S.; FELDMAN-BIANCO, B. (orgs.). **O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios**. Rio de Janeiro: ABA, 2018. p. 259-283.

- TASSINARI, A. **Memorial de atividades acadêmicas**. Concurso para a promoção à classe E com denominação de Professora Titular da Carreira do Magistério Superior. Florianópolis: Departamento de Antropologia/CFCH/UFCS, 2016.
- TAVARES, F.; GUEDES, S. L.; CAROSO, C. **Experiências de ensino e prática em Antropologia no Brasil**. Brasília: Ícone, 2010.
- TEIXEIRA, C. Egressos dos mestrados em antropologia no Brasil (2004-2012). *In*: SIMIÃO, D. S.; FELDMAN-BIANCO, B. (orgs.). **O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios**. Rio de Janeiro: ABA, 2018. p. 205-229.
- TEIXEIRA, S. A. A antropologia no Rio Grande do Sul. *In*: SANTOS, S. C. dos *et al.* (orgs.). **Memória da antropologia no Sul do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC/ABA, 2006. p. 127-204.
- TRAJANO, W. Formação, ensino e reprodução nos programas de antropologia. *In*: SIMIÃO, D. S.; FELDMAN-BIANCO, B. (orgs.). **O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios**. Rio de Janeiro: ABA, 2018. p. 169-204.
- TRAJANO, W.; RIBEIRO, G. L. **O campo da antropologia no Brasil**. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.
- VEGA SANABRIA, G. A antropologia historicizada ou Os índios de Fenimore Cooper. “Clássicos” e “história” no ensino de antropologia no Brasil. *Mana*, v. 21, n. 3, p. 609-639, 2015.
- VEGA SANABRIA, G. **O ensino de antropologia no Brasil: um estudo sobre as formas institucionalizadas de transmissão da cultura**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- VEGA SANABRIA, G. Teaching anthropology for first-year students at university: Diversity experiences, moral development and curriculum in a Social Sciences major. *In*: CONFERENCE OF THE IUAES WORLD CONGRESS, 18., 2018. *Anais* [...]. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018. v. 2. p. 2307-2322.
- SCHWARCZ, L. M. Ensino de pós-graduação em Antropologia: algumas primeiras notas comparativas. *In*: GROSSI, M. P.; TASSINARI, A.; RIAL, C. (orgs.). **Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Florianópolis: Nova Letra, 2006. p. 231-248.

Resumo

Os ensino de Antropologia e a formação de antropólogos no Brasil hoje: de tema primordial a campo (possível) de pesquisa (antropológica)

O ensino de antropologia tem sido objeto de reflexão desde os primórdios da disciplina no Brasil e tem sido central no seu processo de institucionalização no país. Todavia, malgrado a importância a ele concedida, a abordagem acadêmica do tema se depara com sérias dificuldades de rendimento teórico. Se, até a década de 1990, esse interesse esteve atrelado à produção de uma história institucional da disciplina, com o início de uma série de publicações da Associação Brasileira de Antropologia, focando a formação de antropólogos, dito interesse parece responder agora à análise dos aspectos organizacionais do “campo da antropologia” nesse contexto. Além de analisar o tratamento subordinado dado ao ensino de antropologia na produção bibliográfica a respeito, este trabalho aponta alguns desafios e caminhos, especialmente no que tange à possibilidade de considerar o ensino como objeto de pesquisa por direito próprio.

Palavras-chave: Ensino de antropologia; Antropologia no Brasil; Formação universitária; Formação de professores; Educação científica.

Abstract

The teaching of Anthropology and the formation of anthropologists, in Brazil, today: from a primordial theme to a (possible) field of (anthropological) research

the teaching of anthropology has been the subject of reflections since the beginning of the discipline in Brazil and has been fundamental to its institutionalization process in the country. However, despite its importance, the academic approach to the theme faces serious difficulties in terms of theoretical performance. Until the 1990s, such an interest was dependent on the production of an institutional history of anthropology, with the beginning of a series of publications by the Brazilian Anthropological Association focused on the formation of anthropologists, this interest seems to respond now to the analysis of the organizational aspects of the “field of anthropology” in this context. In addition to analyzing the subordinate treatment given to the teaching of anthropology within the bibliographic production of the discipline, and indicates some challenges and paths, especially regarding the possibility of considering teaching as an object of research in its own right.

Keywords: Anthropology teaching; Anthropology in Brazil; University formation; Teachers training; Science education.

Resumé

L'enseignement de l'anthropologie et la formation des anthropologues, au Brésil, aujourd'hui: d'un thème primordial vers un champ (possible) de recherche (anthropologique)

L'enseignement de l'anthropologie a été un objet de réflexion depuis le début de la discipline dans le pays et il a été fondamental pour son processus d'institutionnalisation. Pourtant, en dépit de l'importance qu'on lui accorde, l'approche académique du thème fait face à de sérieuses difficultés de progrès théorique. Jusqu'aux années 1990 cet intérêt dépendait de la production d'une histoire institutionnelle de l'anthropologie dans le pays, déclenchée par une série de publications de l'Association Brésilienne d'Anthropologie dédiées à la formation des anthropologues. Aujourd'hui, cet intérêt semble répondre à l'analyse des aspects organisationnels du “champ de l'anthropologie” au Brésil. Cet article se propose d'analyser le traitement subordonné subi par l'enseignement de l'anthropologie dans le sein de la propre discipline, aussi bien que de montrer quelques défis et quelques voies, surtout en ce qui concerne la disposition de considérer l'enseignement comme un objet de recherche par son propre droit.

Mots-clés: Enseignement d'anthropologie; Anthropologie au Brésil; Formation universitaire; Formation de professeurs; Education scientifique.

**Apêndice – Lista parcial de eventos sobre
o ensino de antropologia e a formação de antropólogos no Brasil (1972-2018).²⁰**

Evento	Ano	Lugar	Organizadores
“1ª. Reunião [ou Encontro] de professores de antropologia do Sul do Brasil” [cf. Santos, 2006a, p. 50].	1972	Florianópolis	UFSC
MR: “Ensino e pesquisa em antropologia”. (9ª. Reunião Brasileira de Antropologia) [Santos, 2006b, p. 67].	1974	Florianópolis, SC	ABA/UFSC
“Mesa-redonda sobre ensino e pesquisa”. (10ª. Reunião Brasileira de Antropologia) [Revista de Antropologia, v. 21, n. 2, 1978].	1976	Salvador, BA	ABA/UFBA
“Pesquisa no ensino de antropologia (Simpósio e Mesa-redonda)”. (11ª. Reunião Brasileira de Antropologia) [Revista de Antropologia, v. 21, n. 2, 1978].	1978	Recife, PE	ABA/UFPE
SE: “O ensino da antropologia biológica” (I e II). (12ª. Reunião Brasileira de Antropologia) [Revista de Antropologia, v. 24, 1981].	1980	Rio de Janeiro, RJ	ABA/Museu Nacional
GT: “O ensino de antropologia”. (13ª. Reunião Brasileira de Antropologia) [Revista de Antropologia, v. 25, 1982].	1982	São Paulo, SP	ABA/USP
DB: “Problemas atuais da antropologia brasileira”. (16ª. Reunião Brasileira de Antropologia).	1988	Campinas	ABA/Unicamp
RE: “Antropologia no Brasil: ensino, pesquisa e mercado de trabalho” [ou “Reunião nacional sobre antropologia no Brasil, pesquisa, ensino e mercado de trabalho”. Cf. Helm, 2006, p. 112].	1988	Recife, PE	ABA/CNPq/ UFPE
GT: “Ensino, pesquisa e profissionalização da antropologia”. (2ª. Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste).	1991	Recife, PE	ABA/UFPE

Continua...

20 A lista inclui atividades desenvolvidas em eventos nacionais, tais como a Reunião Brasileira de Antropologia, e em eventos internacionais, tais como a Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) e o congresso da Associação Latino-americana de Antropologia (ALA), porque elas têm sido quase sempre iniciativas de pesquisadores no Brasil e dão continuidade às discussões sobre ensino no país. Como apontado por Oliveira, ao fazer um balanço de tais discussões em duas edições recentes da RBA, “esse movimento indica o desenvolvimento de uma preocupação posta na agenda acadêmica da Antropologia brasileira e latino-americana de forma mais ampla, que tange ao ensino de Antropologia e à formação antropológica em diversas modalidades de ensino” (Oliveira, 2017, p. 86). A lista baseia-se no levantamento inicial feito por Vega Sanabria (2005, p. 12). Nesse trabalho, constam as fontes utilizadas para identificar boa parte dos eventos realizados entre 1974 e 2004. Para os eventos posteriores a esse período foram consultados os anais da RBA e os Relatórios de gestão das Diretorias da ABA disponíveis no site da associação. As consultas desses e de outros documentos e sites na internet (por exemplo, o da *Revista de Antropologia da USP*) foram realizadas ao longo do segundo semestre de 2018 e em janeiro/fevereiro de 2019. Igualmente, foram úteis para identificar os eventos elencados os trabalhos de Corrêa (2003); Eckert e Godoi (2006); Grossi, Tassinari e Rial (2006); e Santos, Helm e Teixeira (2006). Nota-se que a lista foca nos eventos sobre “ensino de antropologia” e o “ofício do antropólogo”, e deixa de fora eventos com foco nas “ciências sociais” e na “pós-graduação” em geral, assim como outros temas relacionados (reforma universitária, avaliação, financiamento etc.). Esses temas têm sido objeto de amplas e permanentes discussões, especialmente pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). A respeito, ver os programas, os resumos e os relatórios-técnicos do Encontro Anual da Anpocs de 1977 a 2018, assim como a última edição do chamado “Livro dos nomes” [2016], disponíveis no site da Anpocs. Tampouco foram incluídos outros eventos, como os grupos de trabalho e outras atividades sobre antropologia e/da/na educação na RBA, apesar de que, eventualmente, eles também têm dado espaço para discussões sobre ensino de antropologia. Nota-se também nesse levantamento o papel destacado da ABA como promotora e organizadora dos eventos.

Apêndice – Continuação.

Evento	Ano	Lugar	Organizadores
GI: “O ensino de antropologia em cursos fora das ciências humanas e sociais”. (17ª. Reunião Brasileira de Antropologia).	1992	Belo Horizonte, MG	ABA/UFMG
OF: “Experiências didáticas em antropologia”. (4ª. Reunião Brasileira de Antropologia-Região Sul).	1993	Florianópolis, SC	UFSC
FR: “O ensino das ciências sociais em questão: O caso da antropologia”. (18°. Encontro Anual da Anpocs) [Peirano, 2006, p. 10; Programa e resumos do evento].	1994	Caxambu, MG	Anpocs
OF: “Experiências didáticas em antropologia”. (19ª. Reunião Brasileira de Antropologia).	1994	Niterói, RJ	ABA/UFF
EN: “Ensino da antropologia” [Peirano, 2006, p. 16; Grossi <i>et al.</i> , 2006, p. 10].	1995	Rio de Janeiro, RJ	ABA/UFRJ
OF: “Ensino de antropologia”. (4ª. Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste).	1995	João Pessoa, PA	UFPA
SE: “Antropologia, universidade e sociedade”. (22ª. Reunião Brasileira de Antropologia).	2000	Brasília, DF	ABA/UnB
SE: “A formação do antropólogo na pós-graduação”.	2001	Campinas, SP	ABA/Unicamp
SE: “A formação do antropólogo na graduação”. (7ª. Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste).	2001	Recife, PE	UFPE
SE: “A formação do antropólogo na graduação”. (4ª. Reunião de Antropologia do Mercosul).	2001	Curitiba, PR	UFPR
EN: “Ensino de antropologia: diagnóstico, mudanças e novas inserções no mercado de trabalho”.	2002	Florianópolis, SC	ABA/CAPES/UFSC
FE: “A formação do antropólogo”. (23ª. Reunião Brasileira de Antropologia).	2002	Gramado, RS	ABA/UFGRS
OF: “Antropologia extramuros: campo profissional e as novas responsabilidades sociais e políticas”.	2002	Niterói, RJ	ABA/UFF
FR: “O fazer antropológico e a orientação”. (5ª. Reunião de Antropologia do Mercosul).	2003	Florianópolis, SC	ABA/UFSC
FR: “O campo da antropologia no Brasil”. (27°. Encontro Anual da Anpocs) [Programa e resumos do evento].	2003	Caxambu, MG	Anpocs
SE: “O campo da antropologia no Brasil”. FP: “Arquivos e histórias da antropologia no Brasil”. (24ª. Reunião Brasileira de Antropologia).	2004	Olinda, PE	ABA/UFPE
“50 anos da Associação Brasileira de Antropologia”.	2005	Várias cidades	ABA
“Simpósio sobre o ensino da Antropologia no Brasil e na América Latina”. (6ª. Reunião de Antropologia do Mercosul) [Maggié; Gontijo, 2006, p. 365].	2005	Montevideu, Uruguai	ABA/Udelar
“Jornada de reflexões sobre o ensino de antropologia no Rio Grande do Sul” [Muller <i>et al.</i> , 2006, p. 422-423].	2005	Porto Alegre, RS	ABA
SE: “Ensino de antropologia na graduação: Ciências sociais ou antropologia?”. OF: “O ensino de antropologia e a profissionalização do antropólogo no Brasil: discussões sobre o ensino de antropologia”. CC: “Ensino de antropologia em cursos diversos”. “Reunião da Comissão de Ensino de Antropologia (CEA) da ABA”. (25ª. Reunião Brasileira de Antropologia).	2006	Goiânia, GO	ABA/UFG/UCG

Continua...

Apêndice – Continuação.

Evento	Ano	Lugar	Organizadores
“Reunião sobre ensino em antropologia – Comissão de Ensino de Antropologia da ABA”. (7ª. Reunião de Antropologia do Mercosul) [Relatório de Gestão 2006-2008/ABA].	2007	Porto Alegre, RS	ABA
MR: “Ensino de antropologia no Norte e no Nordeste: raízes, contextos e perspectivas”. (1ª. Reunião Equatorial de Antropologia – 10ª. Reunião de Antropólogos Norte-Nordeste).	2007	Aracaju, SE	ABA/UFS
FR: “O ensino e a formação em antropologia no Brasil”. (31º. Encontro Anual da Anpocs) [Programa e resumos do evento].	2007	Caxambu, MG	Anpocs
SE: “O ensino de antropologia em diferentes contextos nacionais”. SE: “Ensino da antropologia visual: perspectivas e alcances”. “Reunião do GT Ofício do antropólogo da ABA”. “Reunião da Comissão de Ensino da ABA”. (26ª. Reunião Brasileira de Antropologia)	2008	Porto Seguro, BA	ABA/UFBA
MR: “As graduações em antropologia no Brasil e o ofício de antropólogo”. (2ª. Reunião Equatorial de Antropologia/11º. Encontro dos Antropólogos do Norte e do Nordeste) [Relatório de Gestão 2008-2010/ABA].	2009	Natal, RN	ABA/UFRN
MR: “História da antropologia na Amazônia: memória e opções epistemológicas”. FE: “Graduação em antropologia no Brasil: experiências e perspectivas”. FE: “O campo de atuação dos antropólogos no Brasil”. FE: “Ensino de pós-graduação e avaliação”. Reunião de trabalho da Comissão de Ensino de Antropologia e o ofício do Antropólogo. (27ª. Reunião Brasileira de Antropologia).	2010	Belém, PA	ABA/UFPA
FR: “Desafios e perspectivas para a antropologia no Brasil a partir da criação dos cursos de graduação”. (3ª. Reunião Equatorial de Antropologia/12º. Encontro dos Antropólogos do Norte e do Nordeste) [Relatório de Gestão 2011-2012/ABA].	2011	Boa Vista, RR	ABA/UFRR
FR: “O exercício da antropologia fora da academia: caracterizando saberes e identificando potencialidades”. MR: “Avaliação do ensino superior: O ENADE de Ciências Sociais”. GT: “Antropologia visual: história, ensino e perspectivas de pesquisa”. (28ª. Reunião Brasileira de Antropologia).	2012	São Paulo, SP	ABA/PUC-SP
GT: “Ensino de antropologia”. (10ª. Reunião de Antropologia do Mercosul).	2013	Córdoba, Argentina	
FR: “A prática antropológica: ética, profissionalização e novos desafios” [Portal da ABA].	2013	Boa Vista, RR	ABA/UFRR
SE: “O ensino de antropologia: expandindo fronteiras no século XXI”. SE: “O ofício de antropólogo/a”. MR: “Ensino de antropologia visual: experiências e projetos”. GT: “Desafios profissionais e espaços de embate: demandas e questões em torno da atuação antropológica”. GT: “Ensinar e aprender antropologia”. (29ª. Reunião Brasileira de Antropologia)	2014	Natal, RN	ABA/UFRN
“Formação e profissionalização dos(as) antropólogos(as)”.	2014	Pelotas, RS	UFPe/ABA

Continua...

Apêndice – Continuação.

Evento	Ano	Lugar	Organizadores
MR: “Povos indígenas e ensino superior no Norte/Nordeste”. MR: “Políticas da diversidade na Universidade: experiências e resultados”. MR: “O lugar da antropologia na formação docente”. GT: “Antropologia(s), novos e antigos cenários e os desafios de reflexão/atuação”. (5ª. Reunião Equatorial de Antropologia e 16ª. Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste)	2015	Maceió, AL	ABA/UFAL
GT: “Ensino de Antropologia”. (11ª. Reunião de Antropologia do Mercosul).	2015	Montevideu, Uruguai	Udelar
“Sessão III: O ensino de antropologia hoje e no futuro”. (Seminário ABA+60) [Relatório de Gestão 2015-2016/ABA].	2015	Brasília, DF	ABA
FR: “Diversidade e ensino superior”. GT: “Ensinar e aprender antropologia”. GT: “Fantasmas dentro da máquina? O ofício antropológico dentro e na órbita da institucionalidade estatal”. OF: “Inserção profissional do/a antropólogo/a”. OF: “Como ensinar e aprender História da África”. (30ª. Reunião Brasileira de Antropologia)	2016	João Pessoa, PB	ABA/UFPB
“O ensino e a pesquisa em Antropologia na Zona da Mata mineira I”.	2016	Viçosa, MG	DCS/UFV
GT: “Ensino de antropologia”. (5º. Congresso da Associação Latino-americana de Antropologia).	2017	Bogotá, Colômbia	ALA
“O ensino e a pesquisa em antropologia na Zona da Mata mineira II”.	2017	Viçosa, MG	DCS/UFV
GT: “Ensinar e aprender antropologia”. MR: “Novas universidades, novos campi, novas antropologias: docências, alteridades e expansão do Ensino Superior no Brasil”. (31ª. Reunião Brasileira de Antropologia).	2018	Brasília, DF	UnB/ABA

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina; MR: mesa-redonda; ABA: Associação Brasileira de Antropologia; UFBA: Universidade Federal da Bahia; UFPE: Universidade Federal de Pernambuco; SE: seminário/seminário especial; GT: grupo de trabalho; USP: Universidade de São Paulo; DB: debate; Unicamp: Universidade Estadual de Campinas; RE: reunião; CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais; OF: oficina; FR: fórum; Anpocs: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais; UFF: Universidade Federal Fluminense; EN: encontro; UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro; UFPA: Universidade Federal do Pará; UnB: Universidade de Brasília; UFPR: Universidade Federal do Paraná; CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; FE: fórum especial; UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UFRR: Universidade Federal de Roraima; FP: fórum de pesquisas; CC: comunicações coordenadas; UFG: Universidade Federal de Goiás; UCG: Universidade Católica de Goiás; UFS: Universidade Federal de Sergipe; PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; UFPel: Universidade Federal de Pelotas; UFAL: Universidade Federal de Alagoas; UFPB: Universidade Federal da Paraíba; DCS: Departamento de Ciências Sociais; UFV: Universidade Federal de Viçosa; ALA: Associação Latino-Americana de Antropologia.

